

COM O POVO UNIDO NAS ELEIÇÕES DO PRÓXIMO DOMINGO

Vota APU



- para conquistar Câmaras e Juntas de Freguesia e garantir que, com a APU, elas trabalharão para o povo e com o povo
- para eleger vereadores e vogais da APU que dão garantias de se oporem às mãos-bras e traficâncias das forças reaccionárias e defenderem sempre o 25 de Abril
- para reforçar as forças políticas — o PCP e o MDP/CDE — que se batem de facto pela unidade dos democratas e dos trabalhadores



O grande comício do Campo Pequeno realizado no passado domingo e em que usou da palavra o camarada Álvaro Cunhal

págs.centrais

SEM MINIMIZARMOS AS DIFICULDADES E RISCOS QUE TEMOS POR DIANTE

DETERMINAÇÃO, CONFIANÇA E OPTIMISMO!

SESSÕES

COM ÁLVARO CUNHAL
O camarada Álvaro Cunhal participará hoje um encontro com as populações de **Alenquer** (12 e 30), **Paiois** (15h), **Runa** (16 e 30) e **Sobral** (18 e 30). À noite, às 21 e 30, comício em **Torres Vedras**. Amanhã, **Casa Branca** (15h), **Cano**, **Sousel** (20h) e **Santo Amaro**. À noite, às 21 e 30, comício em **Fronteira**.

A unidade necessária e as eleições autárquicas no Norte

Pág. 5



O estendal de corrupção e incompetência PPD/CDS

Pág. 12



Trabalho e competência ao serviço das populações



1. Vão realizar-se as eleições para as autarquias. No dia 16 de Dezembro, o Povo português será de novo chamado às urnas, agora para escolher os homens e as mulheres que, durante os próximos três anos, irão estar à frente das Câmaras e Assembleias Municipais, das Juntas e Assembleias de Freguesia.

A defesa do carácter amplamente democrático da administração local portuguesa é uma importante vitória da APU, da democracia e das populações.

Haverá 65 955 portugueses que serão membros dos órgãos autárquicos. Em cada 103 eleitores, 1 será membro dum órgão do poder local.

2. A APU - Aliança Povo Unido - que se apresentará às eleições para as autarquias representa um projecto de unidade e cooperação muito mais vasto que a coligação do PCP e do MDP/CDE, que lhe serve de suporte jurídico.

De um total de 54 127 candidatos da APU aos órgãos autárquicos, mais de metade não são do PCP nem do MDP/CDE. Há distritos, como a Guarda, em que 72% dos candidatos do Povo Unido são independentes.

3. A larga participação das populações nos órgãos autárquicos, as importantes funções que cabem ao Poder Local, a necessidade de defender a liberdade, o 25 de Abril e o regime democrático, a resolução dos problemas concretos das cidades, vilas e aldeias do nosso país, exige e justifica o voto popular, o voto de todos os democratas e antifascistas nas próximas eleições. É possível fazer recuar a direita e os caciques. A APU vai certamente ficar em 1.º lugar em numerosas Câmaras, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia. A APU vai aumentar a sua representação e a voz do Povo Unido vai chegar à generalidade dos órgãos de Poder Local.

4. A APU apresenta-se às eleições para as autarquias com a certeza de se confirmar uma grande votação, com a confiança no crescente apoio e adesão popular ao projecto de ampla unidade democrática que representa.

A certeza do êxito da APU vem do trabalho realizado.

• As autarquias eleitas há 3 anos resolveram muito mais problemas do que as autarquias do fascismo. As autarquias com maioria da APU fizeram mais, em importantes sectores, em 3 anos, do que as autarquias do fascismo em 48 anos e, sem dúvida, fizeram mais do que as autarquias com maioria de outras forças políticas;

• Os eleitos da APU, mesmo em minoria, afirmaram-se entre os mais competentes, dedicados e isentos gestores das autarquias.

• Afirmaram-se pela sua firmeza na defesa dos interesses das populações, pelo combate ao caciquismo e à corrupção, pela defesa das liberdades, da legalidade democrática e do 25 de Abril;

• Afirmaram-se pelo seu espírito aberto e unitário e pela cooperação com os eleitos de outras forças políticas.

Foi este intenso trabalho que permitiu que a APU tenha apresentado listas para 300 Câmaras e 299 Assembleias Municipais e enquanto há 3 anos apresentou listas para 1117 Assembleias de Freguesia este ano concorrerá a 2317, portanto, a mais do dobro do que em 1976.

5. Na continuidade do trabalho realizado, os eleitos nas listas da APU nas próximas eleições lutarão e trabalharão para:

• Resolver os problemas mais prementes das populações, em particular dos trabalhadores, e melhorar as suas condições de vida, designadamente, no domínio da habitação, abastecimento de água, electrificação, esgotos e lixos, estradas, caminhos e transportes, educação e ensino, saúde, segurança social, cultura e defesa do património cultural, desporto, turismo, defesa do ambiente, abastecimento público, segurança dos cidadãos, etc.;

• Apoiar e prestar atenção aos problemas do desenvolvimento económico, designadamente, da agricultura, indústria e comércio, contribuindo dessa e de outras formas para a luta contra o desemprego que atinge, em especial, a juventude e as mulheres;

• Impedir ao trabalho nas autarquias um estilo de unidade e cooperação entre todos os eleitos interessados na resolução dos problemas das populações, independentemente das forças políticas que os fizeram eleger;

• Zelar pela honestidade e isenção da actividade dos órgãos autárquicos combatendo a corrupção, o compadrio e o caciquismo;



• Informar e prestar contas permanentemente da gestão e da actividade dos eleitos da APU às populações;

• Defender e melhorar as leis sobre a estrutura, composição e competências dos órgãos das autarquias; garantir a aplicação integral da Lei de Finanças Locais e assegurar a entrada em vigor da Lei da Delimitação de Responsabilidades da Administração Central e Local em matéria de Investimento;

• Proceder à reorganização e adaptação dos serviços das autarquias às novas responsabilidades que assumiram e vão assumir;

• Prosseguir a delegação de competências e desconcentração de meios de actuação municipais para as freguesias de forma a garantir uma actuação eficiente, permitindo a resolução mais rápida dos problemas das populações;

• Assegurar o funcionamento regular, eficaz e democrático de todos os órgãos de poder local previstos na Constituição;

• Incentivar a participação popular na gestão das autarquias e, designadamente, pela inserção directa das Comissões de Moradores nas Assembleias de Freguesia;

• Defender e promover a participação nos Conselhos Municipais dos Sindicatos, Comissões de Trabalhadores, Comissões e Associações de Moradores, Conselhos Directivos de Bairros, Comissões de Aldeia, Bombeiros, UCPS e Cooperativas Agrícolas, Cooperativas de Habitação, de Produção e Consumo, Colectividades, organizações de agricultores, de mulheres, de jovens, de reformados, pensionistas e idosos, de deficientes, etc.;

• Contribuir para resolver os problemas das classes e camadas médias, designadamente, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais;

• Apoiar os sectores da população que requerem maior atenção e auxílio (crianças, terceira idade, deficientes e desempregados), contribuindo para melhorar as suas condições de vida;

• Apoiar as justas reivindicações dos trabalhadores das autarquias, o escrupuloso respeito pelos seus direitos e pelas suas organizações de classe, a informação regular acerca da gestão da autarquia e o apoio à valorização e plena realização profissional dos seus trabalhadores;

• Defender com firmeza as liberdades, a Reforma Agrária e as outras conquistas de Abril e o regime democrático consagrado na Constituição.

6. Votar na APU, eleger elementos do Povo Unido para as autarquias, significa que o povo elegerá representantes firmes dos seus interesses, lutadores incansáveis pela resolução dos problemas locais e pelo progresso das suas terras, defensores da participação das populações na resolução dos problemas, homens e mulheres honestos, dedicados e competentes, opostos aos compadrios, corrupção e ilegalidades que se têm verificado em muitos órgãos autárquicos em que têm dominado os caciques e as forças reaccionárias.

7. Conscientes da gravidade da situação política criada pelo facto de ter passado a haver uma maioria reaccionária na Assembleia da República e possivelmente um governo correspondente, apesar de no país real continuar a haver uma clara maioria de votos democráticos (a soma dos votos do PS e da APU é superior ao número de votos da AD), a Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da APU, confiante em que o regime democrático e as conquistas de Abril serão defendidas, apela ao voto no "POVO UNIDO" como voto útil, seguro e certo na resolução dos problemas das populações, na defesa da liberdade, da democracia e do Portugal de Abril.

Lisboa, 4 de Dezembro de 1979
A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da APU

No distrito de Setúbal falta ganhar 3 freguesias

A grande vitória alcançada pela Aliança Povo Unido em todo o distrito de Setúbal não fará os comunistas e os seus aliados descansarem à sombra dos votos conseguidos nas eleições do dia 2. As próximas, desta vez para as autarquias, apesar de anunciarem nova vitória da democracia, constituem para os activistas da APU uma nova batalha a ganhar. E as populações vão desta vez pronunciar-se em todo o distrito pela continuação da gestão democrática que a Povo Unido conduziu em 10 concelhos e pela vitória que se entrevê nos outros três - os de Setúbal, de Alcochete e do Montijo.

Em Alcochete, as forças que integravam a então FEPU obtiveram, nas últimas eleições para as autarquias 2289 votos e a percentagem de 44,2 por cento. O PS encontrava-se à frente com 45,4, tendo baixado em 2 de Dezembro para 23,9 enquanto que a APU subia para 48,2 por cento, alcançando 3362 votos.

por cento em 1976, a que correspondia o total de 6421 votos. Nas eleições para a Assembleia, na semana passada, a Aliança Povo Unido subiu para 9695 votos e para 41,3 por cento, ficando desta vez em primeiro lugar. Nas últimas eleições para as autarquias, apesar de conseguir o primeiro lugar na Assembleia Municipal, a FEPU perdia

a Câmara. Desta vez, tudo indica a vitória da Povo Unido.

Em Setúbal registou-se, pela primeira vez no concelho, a vitória dos comunistas e dos seus aliados. Com a maior votação de sempre - 4679 votos - a APU aparece em primeiro lugar, com 39,5 por cento, seguida do PS que baixou de 34,9 para 23,4 por cento. Os partidos reaccionários, juntos desta vez na chamada "AD", conseguem apenas 25,3.

Os resultados das eleições do dia 2, em que a APU ganha em todos os concelhos do distrito (1), apontam para o reforço da vitória. Das 54 freguesias apenas 3 não registam uma vitória da Povo Unido para a Assembleia da República. E para as autarquias? O trabalho, o esforço e empenhamento dos progressistas indicam que

é possível modificar positivamente estes resultados.

No concelho de Almada onde a APU alcançou 41,5 por cento da votação e se assistiu a um reforço das suas posições, apenas uma freguesia, a da Costa é perdida a favor da aliança reaccionária, apesar de a APU ter alcançado quase o dobro dos votos - de 896 para 1720. As perdas do PS, cuja percentagem desceu de 30,2 para 16 por cento, a dispersão dos votos no "esquerdismo" e as características de muitos novos moradores manobrados pelo caciquismo de direita permitiu a vitória da reacção que alcançou 46,9 por cento. Muitos, no entanto, dos eleitores que votaram "AD" para a Assembleia da República, poderão reflectir nos dias que faltam. E modificar o sentido do seu voto entregando-o a quem melhor

defende os interesses dos moradores.

As outras duas freguesias que, no distrito, não são vitórias da APU pertencem ao concelho de Setúbal. A de São Julião registou, para além da subida da APU - mais de mil votos - uma descaída significativa do PS e um reforço substancial da votação na "AD". Os partidos democráticos continuam, no entanto, a deter a maioria, não falando dos 520 votos dispersos nos grupos esquerdistas. Em Santa Maria, por seu lado, também ganha a "AD", com menor vantagem. De tal modo que, se os que votaram no "esquerdismo" votarem agora na Aliança Povo Unido, bastam apenas mais 97 votos para que a APU derrote a aliança reaccionária e passe para o primeiro lugar na freguesia.

Cada campanha sua maneira

Há muitas maneiras de fazer campanha eleitoral. Há a maneira que o povo melhor entende, virada para o esclarecimento, para a demonstração política das realidades que se querem transformar em direcção ao progresso. Há as campanhas demagógicas, anunciando promessas impossíveis de se cumprir. Há as campanhas de calúnias, em jeito reaccionário tão caro aos partidos de direita. E há também as campanhas de cariz esquerdizantes - que a direita aproveita - e que consiste num amálgama de agitação vazia, de aproveitamento dos problemas das populações, de calúnias e também de promessas. Vem isto ao caso porque, em Setúbal, vimos, em plena campanha eleitoral, levantar-se grande burburinho junto à Câmara. Um grupo de pessoas ocupou um prédio, património do Fundo de Fomento de Habitação. Essas pessoas, que foram desalojadas no passado dia 4 por forças da PSP passaram, algumas delas a "residir" debaixo das arcadas da Câmara e são manobradas para dali agitarem a opinião pública contra "os comunistas da Câmara". De uma Câmara cujo Presidente é, ainda, PS.

Em Alcântara Quilómetros de escada para falar do futuro

Pelas dez horas da manhã, as diversas brigadas da campanha "porta-a-porta" da APU começaram a espalhar-se pelos bairros da freguesia de Alcântara, em Lisboa, à semelhança do que acontece a um pouco por toda a cidade e todo o distrito de Lisboa. Subiram-se e desceram-se quilómetros de escadas e escadinhas, de ruas e ruelas; bateu-se às portas, entrou-se nos cafés e mercearias, falou-se com gente nas ruas e nos passeios. Todas as portas se abriram; poucas se fecharam em recusa deliberada; nenhuma bateu no estrondo de uma inconveniência. Esta campanha "porta-a-porta" está, evidentemente, integrada na campanha eleitoral para as eleições autárquicas do próximo domingo e, dos meios de propaganda utilizados pela Aliança Povo Unido, é um dos que se tem mostrado mais eficaz no esclarecimento do eleitorado. A nossa reportagem acompanhou durante algumas horas o generoso esforço dos militantes e simpatizantes da APU que, juntamente com os elementos que integram as listas do Povo Unido, levaram a cabo em Alcântara o esclarecimento "porta-a-porta" e o apelo ao voto na APU. Nas muitas dezenas de contactos feitos, um facto saltava à vista: a confiança da maioria dos contactados nas listas da APU. Este facto articulava-se com outro, também muito vivo no espírito dos alcantarenses: a necessidade de derrotar, nas eleições autárquicas, as listas da Aliança Reaccionária que,



Porta-a-porta mão-a-mão para reforçar a vitória!

Não é com saudosistas do passado que as nossas aspirações se poderão concretizar, dizia o carro do som da APU, logo de manhãzinha, no Largo da Fonte Nova, freguesia da Anunciada, em Setúbal. Era sábado, era feriado, ameaçava chover, o largo começava a animar-se com a passagem de algumas pessoas que se dirigiam ao mercado da cidade. A música que a aparelhagem sonora começou a distribuir pareceu reavivar o semblante das pessoas e o ritmo dos seus passos.

Aberta a carrinha que os camaradas tinham trazido, distribuídos os maços da propaganda por uma dúzia de amigos, iniciou-se o porta-a-porta. Aliás, o mão-a-mão. Ali, naquela freguesia, os camaradas optaram por abordar directamente as pessoas na rua, as janelas abriam-se ao som das palavras e da música da APU, as mãos estendiam-se para o folheto, surgiam as perguntas, automoveis paravam um instante, indagavam, seguravam depois com mais um folheto ou dois - para dar lá no trabalho.

Nesta freguesia do concelho de Setúbal, a Anunciada, onde se concentram muitos trabalhadores do mar e das conservas, a APU ganhou pela primeira vez nas eleições do dia 2. E as esperanças são muitas de ver reforçada a votação na Povo Unido para as autarquias.

A maioria das pessoas que atravessam o largo, àquela hora, são mulheres, o sacco das compras na mão, a outra mão segurando uma criança. Recebem com simpatia o folheto que lhes estendem os camaradas - um jornal onde está escrito: "Só a APU pode garantir uma gestão democrática e eficaz da Câmara e da Assembleia Municipal". É um jornal dedicado ali à freguesia. A Aliança Povo Unido, no concelho de Setúbal esmerou-se com edições para cada freguesia e, para cada uma delas, apresenta um projecto, apresenta as caras dos candidatos, apresenta também, para todas, os candidatos APU para a Câmara e para a Assembleia Municipal. Algumas caras são conhecidas, outras são-no menos. Os

camaradas explicam. Respondem às perguntas. A maioria das pessoas avançam confiantes ao encontro do carro, outras são abordadas nas ruas confluente. Durante a manhã só vimos duas mulheres e um homem recusarem a mão que lhes estendia os jornais APU. Um ar de receio, ainda, e não de hostilidade. Mas o entusiasmo reflectiu-se em muitas faces.

A ver se aqueles bandidos vão ao ar, dizia uma mulher. E outra: A gente não quer a direita, a direita não dá para os pobres!

Grupos formaram-se em volta de um camarada que desdobrava o jornal, mostrava os candidatos, falava do programa da APU. Uma pergunta: Como é que uma colega de trabalho lá da fábrica pode ser candidata da UDP se nunca quer trabalhar?

Um comentário: Foi mau, foi haver votos desperdiçados. E também foi mau ver-se muita gente a votar sem saber em quê, só porque alguns padres mandaram!

Persistem algumas dúvidas, sobretudo entre pessoas de idade. Como é que se vai votar agora?

É no sítio? Diz que há mais que um boletim. As argolinhas da APU vêm em todos? Diga-me lá, que eu não sei ler...

A determinação de reforçar as votações na APU, agora que estão em jogo as autarquias e a sua gestão democrática, é grande. Vimo-la no Centro de Trabalho do PCP, em Setúbal, onde muitos camaradas e activistas da APU, organizadamente, em todas as salas disponíveis, trabalhavam para a propaganda. Vimo-la nas ruas, no entusiasmo com que eram recebidos aos apelos da Povo Unido. Tanto na Anunciada como noutras freguesias, nas zonas urbanas e nas zonas rurais, foram muitos os homens e mulheres que avançaram para mais uma batalha de esclarecimento.

E também as freguesias de Santa Maria e de São Julião, onde a APU não teve a maioria, foram alvo da atenção da APU. Acompanhados de carros de som ou em grupos que subiam e desciam as escadas dos prédios, os camaradas perseguiram o mesmo objectivo, que é reforçar a vitória.

Das 21 famílias que ocuparam o prédio, só 8 tinham concorrido. As chaves foram-lhes cedidas a troco de dinheiro. Agora, gente que anteriormente tinha casas, fica a dormir ao relento. Um casal a quem foi oferecida a instalação provisória num "bungalow" do Parque de Campismo preferiu ir dormir à sede da "Bandeira Vermelha"...

Enquanto a UDP exulta com esta "luta" de que não se vislumbra outra saída senão e r. sistência de tais processos, a AD e o próprio PS aproveitam para a ar. campanha contra "os comunistas".

São maneiras de fazer campanha.

Conhecer Lénine



mais que uma questão política uma questão cultural

edições Avante! 250\$

As acabaram de lançar o 3º e último volume das OBRAS ESCOLHIDAS DE LÉNINE

Pedidos à CDL Av. Santos Dumont, 57-2º 1000 Lisboa

CDL a distribuição

AS NACIONALIZAÇÕES defesa e dinamização

SECTOR NACIONALIZADO O QUE É? COMO DINAMIZAR?

A MAIS COMPLETA ANÁLISE DOS SECTORES CHAVE DA NOSSA ECONOMIA

- DADOS - NÚMEROS - FACTOS
- RENTABILIDADE • GESTÃO
- DIREITOS DOS TRABALHADORES

um livro INDISPENSÁVEL

190 páginas 60\$00

edições Avante!

Semana

5 Quarta-feira 1917 - Golpe de Sidónio Pais.



Segundo um projecto de decreto-lei do Ministério da Educação, os estudantes vão poder participar na gestão dos Serviços Sociais Universitários através das Associações de Estudantes. A Comissão Portuguesa Contra o Racismo e o Colonialismo, lança um protesto contra a política de repressão do regime de Pretória, exercida sobre os povos da África do Sul. Segundo o matutino "diário", prepara-se a venda da sociedade de vinhos Borges a uma multinacional alemã por um reduzido preço, mas com avultados lucros para a família Quina, num ambiente de corrupção, ilegalidades e repressão, conjugadas para asfixiar a empresa. Os organismos representativos dos trabalhadores (ORT's) dos CTT e dos TLP manifestam publicamente o seu frontal desacordo com a lei preambular que determina a fusão das duas empresas públicas a partir de Janeiro próximo, sublinhando que os trabalhadores dos CTT/TLP são os mais interessados na fusão daquelas empresas, mas que não poderão, de modo algum, aceitar que a mesma se processe à sua custa.

6 Quinta-feira 1383 - D. João, Mestre de Avis, apunhalado no Paço do Limoeiro, João Fernandes, o conde de Andeiro, favorito de D. Leonor Teles.



Sá Carneiro afirma em Sousel que, se fosse primeiro-ministro, permitiria a utilização da base açoriana das Lages por aviões norte-americanos "para salvar os reféns do Irão". É publicada no "Diário da República" a Lei n.º 78/79 que institui as Comissões Consultares de Emigrantes e determina os respectivos mecanismos de funcionamento; este projecto de lei foi apresentado na AR pelo grupo parlamentar do PCP e aprovado com votos dos socialistas e comunistas. Os governadores civis passam a dirigir os Centros e Gabinetes de Coordenação e Protecção Civil destinados a combater eventuais catástrofes naturais que afectem os seus distritos, segundo uma resolução do Conselho de Ministros publicada no "Diário da República". A Associação Industrial Portuguesa (AIP) distribui aos associados um documento no qual solicita o "apoio material" dos empresários para a constituição de um fundo de maneio que permita "tomar rentáveis" alguns jornais reacçãoários que se publicam em Portugal. A direcção do MARN-Beiras considera uma grande vitória dos rendeiros e do MARN a publicação das alterações à "Lei do PPD" no Diário da República do passado dia 3.

7 Sexta-feira 1930 - Morre, com 35 anos de idade, a poetisa Florbela Espanca.



Elementos do Parque Nacional da Peneda-Gerês revelam que foram descobertas recentemente na freguesia do Lindoso, concelho de Ponte da Barca, gravuras rupestres pré-históricas, talvez da Idade do Bronze. O Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos reclama ao Governo que aprova, antes de cessar funções, a regulamentação do esquema mínimo de protecção de saúde e segurança social, recentemente anunciado. O Conselho de Ministros aprovou na sua reunião de ontem um projecto de decreto-lei que determina a extinção da empresa pública do jornal "O Século" (EPJS) e a caducidade, à entrada em vigor do texto legal, de todos os contratos de trabalho "com excepção dos relativos aos trabalhadores que se encontram afectos às livrarias de Lisboa e Porto e à distribuição distribuidora de Coimbra". Em comunicado onde se analisa a situação decorrente dos resultados das eleições intercalares para a AR, o Secretariado Nacional da CGTP-IN lembra que "qualquer governo que se venha a formar está condicionado pelo limite temporal da sua actuação e terá de balizar a sua acção pelo rigoroso respeito da legalidade constitucional, da qual são garantes o Presidente da República e o Conselho da Revolução".

8 Sábado 1720 - D. João V funda, em Lisboa, a Real Academia da História.

O presidente do PPD/PSD, Sá Carneiro, admite que a "AD" pode vir a formar "maioria" com o PS. O Conselho Nacional do PPD/PSD dá "plenos poderes" a Sá Carneiro "para as negociações visando a constituição do governo de maioria da "AD", que "será formado na altura própria, e após a decisão do Presidente da República". Os Sindicatos representativos dos trabalhadores da Rodoviária Nacional aprovam em plenário uma paralisação a realizar no próximo dia 19 entre as 9.30 h e as 12.30 h, como forma de luta pela negociação do respectivo acordo colectivo de trabalho vertical. Segundo a ANOP, o pessoal de voo da TAP-Air Portugal suspendeu uma paralisação anunciada para a próxima semana, dado que o respectivo Conselho de Gerência apresentou, entretanto, uma proposta de protocolo que contempla as reivindicações daqueles trabalhadores.

9 Domingo 1185 - É coroado rei, em Coimbra, D. Sancho I.

A APU realiza um comício no Campo Pequeno, em Lisboa, onde usou da palavra o Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, que afirmou que a tendência dominante do eleitorado é a deslocação para a esquerda e não para a direita, defendendo que nas eleições para as autarquias o voto útil na democracia é o voto na APU. Uma das principais conclusões aprovadas na reunião do sector de publicações do "Diário Popular" e apresentadas ao respectivo Conselho de Gerência, aponta para a necessidade de substituição da actual equipa directiva deste jornal estatutário. O Secretariado Nacional da CGTP-IN exorta os trabalhadores, as CT's e todo o Movimento Sindical a exigirem que seja levado à prática o direito dos trabalhadores a participarem na gestão das empresas do sector público. O Conselho Directivo Nacional da UEDS, decide retirar as suas candidaturas às Câmaras Municipais de Lisboa, Setúbal, Coimbra e Porto e às Assembleias Municipais de Lisboa e Coimbra.

10 Segunda-feira 1940 - O Preâmbulo de um decreto sobre o professorado primário diz que nesse ano ficaram sem professores 380 escolas.

Os trabalhadores das tesourarias da Fazenda Pública iniciam uma semana de greve, em luta pela publicação do diploma do quadro de pessoal e da estruturação de carreiras. Por "suspeição geral" relativamente aos resultados do comício de Penamacor, a Aliança Povo Unido impugna as eleições realizadas no distrito de Castelo Branco. O Gabinete de Imprensa do PS distribui um comunicado no qual declara assumir-se "claramente como partido da oposição, o que afasta a perspectiva de acordos com a "AD". O dirigente do PPD/PSD, Angelo Correia, declara à ANOP que uma recusa do PS em fazer "acordos parlamentares" com a "Aliança" reacçãoária, não impedirá esta de "manter o diálogo com a oposição democrática".

11 Terça-feira 1965 - Morre, em Lisboa, com 82 anos de idade, o prof. Mário de Azevedo Gomes, respeitável figura de intelectual e democrata.

Em reunião, o Conselho de Imprensa lamenta a decisão do Governo em extinguir o jornal "O Século". O Sindicato dos Médicos da Região Sul apresenta ao ministério dos Assuntos Sociais propostas de alteração ao projecto de decreto-lei que cria e regulamenta a carreira de clínico geral. Segundo o Sindicato da Função Pública da Zona Sul, a greve dos trabalhadores das tesourarias da Fazenda Pública, iniciada na passada segunda-feira e que se prolongará, em princípio, até sexta-feira, registou um considerável aumento de adesão.

Dia 13, Quinta-feira

Santarém, às 21 horas, com Dias Lourenço, da Comissão Política do CC do PCP, Lisboa (Lumiar), às 21 e 30, no Salão Polivalente da Musgueira-Sul, espectáculo com Carlos do Carmo, candidato à Ass. Municipal de Lisboa. Alenquer, às 12 e 30, pequena intervenção de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que estará também em Palol, às 15 horas, em Runa, às 16 e 30, e em Sobral, às 18 e 30. Torres Vedras, às 21 e 30, comício com Álvaro Cunhal. Barreiro, às 22 horas, com Joaquim Gomes, da Comissão Política e Secretariado do CC. Casilhas, às 21 e 30, nos Bombeiros Voluntários. Grândola, 21 horas, no Desportivo Grandolense, com Carlos Costa, da Com. Política e Secretariado do CC. Melides, 20 horas, na Casa do Povo. Baixa da Banheira, 21 e 30, no Clube "O Chinguilho". Moita, 21 e 30, na Soc. Capricho Moitense. Pegões, 21 e 30, na Soc. Recreat. de Pegões Velho. Montijo, 21 e 30, no Café Central do Bairro da Boa Esperança. Pinhal Novo, 21 e 30, nos Bombeiros Voluntários. Selxal, 21 e 30, na Sociedade Timbre Seixalense. Corroios, 21 e 30, no Centro de Convívio de Vale Milhaço. Vale de Lobo, 20 horas, na Escola Cercal, 20 horas, na Casa do Povo. Sesimbra, 21 e 30, no Salão Carlos Veríssimo. Boa Água, 21 e 30, na Escola. Setúbal, 21 e 30, na Escola Primária de S. Gabriel. Setúbal, 21 e 30, no Clube Palhavã, com Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC. Setúbal, 21 e 30, na Escola da Algodreira. Setúbal, 21 e 30, na Escola do Bairro da Conceição. Monte da Caparica, 21 e 30, no Clube Estrela Fonte Santa. Sobreda, 21 e 30, no Clube Recreativo Sobredense. Almada, 21 e 30, no Grupo Desportivo Estrela das Torcetas. Ervidel, 18 horas, com Ruben de Carvalho, do CC. Castro Verde, 21 horas, com Ruben de Carvalho. Pereira (Alcoutim), 19 horas, na Escola Primária. Rogil (Aljezur), 21 horas, no Café do sr. Augusto. Pedreira

Agenda

(Silves), 21 horas, no Armazém do sr. Babino. Monte Gordo, no Cinema Mariano. Cabanas (Tavira), 21 horas, na Escola Primária. Vila do Bispo, 21 horas, na Casa da Misericórdia. Espiche (Lagos), 21 horas, na Escola Primária. Faro, na Escola Industrial, comício para apresentação de candidatos. Canto Livre. Bensafim, às 21 horas, na Escola Primária. Almadura, 21 horas, na Sociedade.

Dia 14, Sexta-feira

Azambuja, 21 e 30, comício com Carlos Brito, da Comissão Política do CC. O camarada Álvaro Cunhal estará em Casa Branca às 15 horas, Cano e Sousel às 20 horas. Santo Amaro. Fronteira, às 21 e 30, sessão com Álvaro Cunhal. Reguengos de Monsarraz, às 20.30, sessão com Sérgio Vilarigues, da Comissão Política e do Secretariado do CC. Beja, às 21 horas, com Dias Lourenço, da Comissão Política do CC. Estremoz, 21 horas, sessão de esclarecimento com Ruben de Carvalho, do CC. Santo Isidro, 21 e 30, no I. S. das Faias

Lisboa, Sintra e Moita Largas centenas de atletas em provas organizadas pela APU



Lisboa, Sintra e Moita viram no último domingo ruas cheias de entusiasmo, convívio e movimento desportivo, numa azálamas que mobilizou centenas de atletas, especialmente crianças e jovens. As iniciativas pertenceram à Aliança Povo Unido - APU e o seu balanço é muito positivo, a começar pela vontade expressa por todos de prosseguir o trabalho de organização e participação em provas idênticas.

A iniciativa que decorreu em Lisboa, denominada «Quilómetro Povo Unido», reuniu cerca de 200 atletas. Ainda a cidade mal tinha acordado, já a zona entre o Saldaña e a Praça de Touros do Campo Pequeno apresentava um aspecto bem diferente dos habituais domingos de manhã na capital. «Desafiando» as ameaças de chuva, lá estavam as crianças de 13 clubes populares da região de Lisboa, participando num convívio onde também marcaram presença alguns atletas mais crescidos, sem falar dos camaradas e amigos que acompanharam, com curiosidade, o desenrolar das provas que constituíram a jornada desportiva organizada com grande espírito de dedicação pelos camaradas da Comissão de Desporto do Comité Local de Lisboa do PCP. (do mesmo clube) e Edgar Paulo, do U. J. Odivelas. João Pedro Matias (indiv.) foi o vencedor da prova de Iniciação masculinos, seguido por José Castanheira (do U. J. Odivelas) e por Carlos Alves (Ingleses F. C.). No escalão feminino de Iniciação venceu Isabel Pereira (U. J. Odivelas), que não teve concorrentes. Nos juvenis masculinos, Jorge Brás (do U. J. Odivelas) ficou à frente de Jorge Fernandes e Jorge Baginho, ambos do Desportivo da Graça. Na mesma prova, mas no escalão feminino, ganhou Paula Brás (do U. J. Odivelas), classificando-se logo de seguida a Cristina Miranda e a Carlota Teixeira, ambas do Ingleses F. C. Na prova para juniores (realizou-se APENAS A DE MASCULINOS) VENCEU António Santos, do U. J. Odivelas. Na de seniores (também só homens), venceu José Carmo, do Desportivo da Graça, ficando em 2.º lugar Luís Fernandes, do mesmo clube e em 3.º, Juvenal, do U. J. Odivelas. Na corrida dos veteranos José Manuel Mestre (do Mirantense) foi o mais veloz, seguido de Fernando Pinto

e Carlos Baltazar, que participaram a título individual.

Além dos clubes já mencionados, participaram nas diversas provas do «Quilómetro Povo Unido» o Clube de Atletismo «Unidos da Pontinha», Santana F. C., Liceu Passos Manuel, Centro de Pessoal da Mague, Centro Recreativo e Cultural dos Trabalhadores do Comércio, Grupo Desportivo União Cultural e Recreativa do Bairro de Anjoia, S. Iria de Azóia, Gatos Negros e Estação de Serviço Unida.

Foram entregues diplomas de participação a todos os atletas e tapas às equipas vencedoras de cada escalão. Realizou-se ainda um sorteio para distribuição de vinte camisolas com a inscrição «Desporto, Direito do Povo». Foram os seguintes os contemplados: Manuel Silva e Paulo Silva. (Ingleses F. C.), Rosa Nunes (Santana F. C.), José Carlos (Santana F. C.), Sandra Carvalho (Clube Unidos da Pontinha), Luís Filipe Silva (Santana F. C.), Cristina Miranda (Ingleses F. C.), Horácio Graça (Santana F. C.), António José (Ingleses F. C.), José Castanheira e Helena Pereira (U. J. Odivelas), Vítor Rodrigues (Clube Unidos da Pontinha), Maria João (U. J. Odivelas), Carlos Baltazar (indiv.), Jorge Braz e Jorge Campos (U. J. Odivelas), Gina Ferrer e Joaquim Rodrigues

Três provas em Sintra

Representando 13 clubes e colectividades populares da área concelhia, centenas de atletas estiveram também em movimento na «Grande Prova do Concelho de Sintra», vista e aplaudida por milhares de pessoas ao longo de ruas e estradas.

Na corrida Sintra-Algueirão-Rio de Moura-Cacém (9 km), apuraram-se os seguintes resultados:

1.º Escalão masculino — (12/14 anos) — 1.º, Clube Desportivo dos Ameiros; 2.º, Desportos e Juventude Mira Sintra; 3.º, Estrela Vermelha do Cacém.

1.º Escalão feminino — (mais de 14 anos) — 1.º, Desportos e Juventude Mira Sintra; 2.º, Centro Desportivo Popular de Odivelas; 3.º, Clube Desportivo dos Ameiros.

Na corrida Cacém-Idanha-Belas-Queiluz-Cacém (13 km), registaram-se as seguintes classificações:

18/34 anos masculinos — 1.º, Ginásio Clube 1.º de Maio de Agualva; 2.º, Equipa APU; 3.º, Clube Sorefame. 35/38 anos — 1.º, Ginásio

• Lançada, 21 e 30, na escola primária. • Canha, 21 e 30, na Casa do Povo. • Palmela, 21 e 30, na Soc. «Os Loureiros». • Pinhal Novo, 21 e 30, na União Desportiva da Palhota. • Águas de Moura, 21 e 30, nos Bombeiros Voluntários. • Cova do Gato, 20 horas, na Escola do Gato. • S. Bartolomeu, 20 horas, na Escola. • Vale de Água, 20 horas, na Escola. • Ademas, 20 horas, na Sala de Convívio. • Brescos, 20 horas, na escola. • Sesimbra, 21 e 30, no Cine Teatro. • Setúbal, 21 e 30, no Pavilhão do Parque das Escolas. • Azeitão, 21 e 30, na Casa do Povo, com Victor Dias, do CC. • Vendas de Azeitão, 21, 30, na Soc. Musical, com CC. • Domingos Abrantes à Comissão Política do CC. • Trafaria, 21 e 30, nos Bombeiros Voluntários. • Costa da Caparica, às 21 e 30, nos Bombeiros Voluntários. • Monte da Caparica, às 21 e 30, no Atlético Clube, com José Manuel Maia, do CC. • Alcochete, 21 horas, na Casa do Povo. • Samouco, às 21 e 30, na Associação Desportiva Samouquense. • Sarilhos Pequenos, 21 e 30, no 1.º de Maio Sarilhense. • Aílhos Vedros, 21 e 30, no Clube «Os Alentejanos». • Baixa da Banheira, 21 e 30, no Clube «Os Alentejanos», com Domingos Abrantes. • Jardim, às 21 e 30, no União Jardense. • Cova da Piedade, às 21 e 30, na SFUAF, comício com Carlos Costa, da Comissão Política e Secretariado do CC, e José Vieira, presidente da Câmara Municipal de Almada. • Boliqueime, 20 horas. • Loulé, 21 e 30, no Colégio Velho. • Alcoutim, 21 e 30, na Telescola do Largo. • Oihão, 21 e 30, no cinema, sessão de encerramento da campanha. • Vila Real de Santo António, 21 horas, no Cine Foz, comício com José Vitoriano, da Comissão Política do CC. Espectáculo. • Sagres, 21 horas, na Sociedade. • Odeceixe, 21 horas, no Café do Adelinho. • Barão S. João, 21 horas, na escola primária. • Odeixe, 21 horas, no Salão de Baile. • Lagos, às 21 horas. • Tavira, 21 e 30, na Associação de Comerciantes. • Concelho de Faro, às 21 horas, na Casa do Povo. • Monchique, às 21 horas, na Casa do Povo.



«Lisboa Cidade Abril» encheu de povo o Pavilhão

Começou por ser o som da orquestra para serem as canções de Carlos do Carmo, Júlia Babo, Adriano Correia de Oliveira, Grupo Trovante, José Jorge Letria, Deolinda Maria, José Manuel Osório, Natércia de Aguiar e Joaquim Campos, para ser o som da guitarra

e violas de António Chaiño, José Maria Nóbrega e Martinho da Assunção, para ser as vozes de José Viana, José Carlos Ary dos Santos e Henriqueta Maya.

Foi Lisboa, foi povo de Lisboa o palco montado no Pavilhão dos Desportos, onde domingo e segunda houve «Lisboa Cidade Abril».

Reuniões importantes

● Camaradas da Sertã No próximo sábado, dia 15 de Dezembro, às 16 horas, terá lugar no Centro Vitória mais uma reunião com camaradas naturais do concelho da Sertã.

● Estudantes trabalhadores Terá lugar no próximo dia 21, às 21 horas, na sede da Juventude Comunista Portuguesa, Rua Sousa Martins, 8, Lisboa, uma reunião para a qual estão convidados militantes e simpatizantes, trabalhadores-estudantes no Instituto Superior Técnico, a fim de discutir a situação na Escola e preparar eleições para órgãos de gestão.

Conheça a luta do povo português contra o fascismo através das edições Avante!

As Greves de 8 e 9 de Maio de 1944

Apontamentos de encontros e reuniões do PCP
Artigos do «AVANTE!»
Extractos do relatório de Álvaro Cunhal ao IV Congresso do PCP
Relatório de Alfredo Dinis na reunião do CC do PCC

VI SÉRIE N.º 53
24. QUINZENA DE MAIO DE 1944
PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
AS GREVES DE 8 E 9 DE MAIO DE 1944
PELO PAO

Dezenas de milhares de Operários e Camponeses

CONTRIBUAÇÃO IMPRECIÁVEL PARA UM MELHOR CONHECIMENTO DA LUTA DA CLASSE OPERÁRIA CONTRA A DITADURA FASCISTA

CDL a distribuição

REVISTA INTERNACIONAL

problemas da paz e do socialismo

BOLETIM DE ASSINATURA

NOME PROFISSÃO
MORADA TELEFONE
CÓDIGO POSTAL LOCALIDADE
FREGUESIA / CONCELHO

Desejo assinar a Revista Internacional a partir do n.º para o respectivo pagamento envio Escudos:\$00 (assinatura normal) em cheque/vale do correio n.º
Caso pretenda o recibo do respectivo controlo de assinaturas assinalar com (Banco / Estação CTT)

Caso pretenda levantar a revista numa das Populares Livrarias CDL, indique qual.

NOME DA LIVRARIA
LOCALIDADE DA LIVRARIA

Camaradas:

A análise dos resultados eleitorais no distrito de Lisboa permite-nos, desde já, tirar algumas conclusões importantes. Os resultados das eleições do dia 2, do distrito, constituem, de facto, um grande sucesso do nosso Partido, do Povo Unido, do conjunto das forças democráticas.

Se é verdade que a Aliança Reaccionária conseguiu um aumento sensível na sua votação — aumento facilitado pela queda acentuada do PS — não é menos verdade que a subida da APU foi, neste caso, suficiente para que a maioria democrática se mantivesse no distrito.

Vejamos alguns casos concretos que confirmam o que acabo de dizer:

- a soma dos votos da Aliança Povo Unido e do Partido Socialista ultrapassa, em cerca de 160 000, os votos da Aliança Reaccionária;
- Como consequência disso, os 31 deputados eleitos pela APU e pelo PS — forças políticas que elegeram respectivamente 16 e 15 deputados — constituem uma larga maioria se tivermos em conta que a Aliança Reaccionária apenas elegeu 24 deputados;
- outro aspecto saliente é o que se refere ao grande número de votantes da APU no nosso distrito, aumento que se traduz em mais cerca de 80 000 votos;
- por outro lado a Aliança Povo Unido foi a força política mais votada em 4 concelhos do distrito (Vila Franca de Xira, Loures, Amadora e Sobral de Monte Agraço) enquanto que em 1976 apenas se verificou no concelho de Vila Franca de Xira;
- quanto às freguesias também os resultados são extremamente positivos: enquanto em 1976 havíamos ganho em 19 freguesias, nas eleições do passado dia 2, fomos a força mais votada em 42 das 190 freguesias do distrito.

De todos estes números, camaradas, duas outras conclusões, não menos importantes, se podem desde já tirar: No dia 2 de Dezembro o povo de Lisboa votou clara e inequivocamente contra o passado. O povo de Lisboa votou clara e inequivocamente pela democracia, pela defesa, consolidação e prosseguimento do Portugal de Abril.

Por outro lado, o nosso Partido, o Partido Comunista Português, afirma-se como a principal força política do distrito,

confirmando assim a sua crescente implantação, influência e prestígio junto da classe operária, dos trabalhadores, do povo de Lisboa.

Esta situação é o resultado do desenvolvimento geral do trabalho do nosso Partido.

Nas fábricas, nos escritórios, nos campos, nos bairros, nas freguesias, em todo o lado, a implantação, a influência e o prestígio do Partido crescem dia-a-dia; a ligação às massas fortalece-se, a barreira de defesa da Democracia consolida-se e reforça-se. Os resultados eleitorais do dia 2 abrem novas perspectivas ao aumento da influência do Partido e há que estarmos atentos a essa realidade.

Camaradas:

No Encontro de Militantes da Organização Regional de Lisboa, realizado em 21 de Outubro, no Pavilhão dos Desportos, apontaram-se alguns objectivos fundamentais a atingir nas próximas eleições autárquicas.

Em diversas intervenções verificou-se a possibilidade de virmos a ganhar, nas eleições de 16-12, as presidências de 3 novas Câmaras Municipais.

O aumento do número de Câmaras Povo Unido no distrito foi, portanto, um dos objectivos traçados pelo Encontro.

Analisou-se igualmente a possibilidade de aumentarmos o número de freguesias de maioria APU e, tendo em conta que, em 1976, o Povo Unido ganhou 19 freguesias no distrito, o Encontro da ORL considerou que havia condições para, em 16/12, duplicar este número.

Constatou-se também a possibilidade real de aumentarmos consideravelmente o número de mandatos nos três órgãos autárquicos do distrito de Lisboa.

Os resultados das eleições de 2 de Dezembro confirmam o realismo dos objectivos traçados pelo nosso Encontro dado que, como já referi, a APU foi, nestas eleições, a força maioritária em 4 concelhos e em 42 freguesias.

Isto significa, camaradas, que os objectivos traçados pelo nosso Encontro Distrital podem ser não só alcançados como, até, ultrapassados, o que abre novas perspectivas ao nosso trabalho e nos permite encarar os resultados das eleições de 16 de Dezembro com grande optimismo e confiança.

Analisando, freguesia a freguesia, concelho a concelho, os resultados das eleições do domingo passado, e transpondo esses resultados para as eleições autárquicas, confirma-se a forte possibilidade de estendermos a maioria Povo Unido a 4, 5 ou

6 Câmaras Municipais no distrito; enquanto que poderemos, sem dúvida, conquistar a maioria em cerca de 50 das 190 freguesias do distrito de Lisboa.

Para isso, camaradas, é necessário que dediquemos à batalha eleitoral para as Autarquias a atenção que a sua importância justifica.

A nossa acção nestas eleições deve centrar-se em torno de objectivos determinados e que não se limitam aos que acabo de apontar.

Em muitos casos, a nossa batalha deverá incidir na acção pela conquista de mais um mandato ou pela eleição do primeiro vereador APU para uma Câmara, o que pode permitir, em várias situações concretas, que com isso se impeça a criação de maiorias absolutas por parte dos partidos da Aliança Reaccionária.

Nesta batalha, cada voto tem, por isso mesmo, importância decisiva.

Dai a necessidade de que o voto de cada democrata, de cada antifascista, seja utilizado da forma mais correcta, da forma mais útil à Democracia e ao Portugal de Abril.

A situação nos concelhos de Oeiras e Lisboa é um exemplo frisante a esse respeito:

No que respeita a Oeiras, a Aliança Reaccionária, apesar de ter menos 5 500 votos que a APU e o PS em conjunto, poderia vir a ter a maioria na Câmara. Para impedir que tal aconteça bastará a APU eleger mais um vereador, tirado à Aliança Reaccionária, e é sabido que com mais 322 votos a Aliança Povo Unido poderá eleger esse vereador. Como se sabe também, a UEDS teve, no concelho de Oeiras, mais de 700 votos que, a repetirem-se nas eleições autárquicas, não chegam para eleger um único vereador. Toma-se clara, portanto, a vantagem para as forças democráticas na deslocação destes 700 votos para a Aliança Povo Unido.

Na cidade de Lisboa passa-se uma situação semelhante: Os resultados das eleições do passado domingo dariam, para as Autarquias, a maioria absoluta da Câmara à Aliança Reaccionária, apesar de, também aqui, a soma dos votos da APU e do PS ultrapassar em 22 000, os votos da Aliança Reaccionária.

Esta situação pode ser evitada se a APU eleger mais um vereador, naturalmente tirado à Aliança Reaccionária, o que se torna possível com mais 5 673 votos no Povo Unido.

A UDP com mais de 15 000 votos e a UEDS com mais de 5 000 — e sem qualquer possibilidade de eleger um só vereador — têm, como se vê, votos suficientes para impedir que se forme uma maioria reaccionária na C.M.L.

Tais casos, de que os dois citados são exemplos concretos mas não únicos, são a confirmação de que o voto inútil, o voto

desperdiçado nos pequenos partidos é um contributo perigoso para o reforço das posições da direita.

É tarefa nossa, camaradas, e tarefa de primordial importância, o esclarecimento dos milhares de democratas que nas eleições de 2 de Dezembro desperdiçaram o seu voto, de forma a que nas eleições do próximo domingo votem útil, segudo e certo, votem na Aliança Povo Unido.

Camaradas:

Estamos mais uma vez a travar uma importante batalha. A nossa campanha eleitoral deve mobilizar todos os nossos militantes e simpatizantes de modo a que, no dia 16 de Dezembro, não só votem no Povo Unido todos os que já o fizeram no passado domingo, como muitos outros que por diversas razões votaram de forma errada e contrária aos seus próprios interesses.

Temos condições para fazer uma grande campanha eleitoral. A nossa campanha eleitoral tem-se distinguido em muitos aspectos, das campanhas de todas as outras forças políticas, que de um modo geral se limitaram à caça ao voto, em muitos casos através da mais desenfreada demagogia.

Quer no campo da acção política de esclarecimento — com a realização de centenas de sessões, comícios e acções de rua diversas —, quer no campo desportivo — com um vastíssimo conjunto de iniciativas a assinalar a nossa campanha em todo o distrito —, quer no campo cultural e artístico — com espectáculos como os que foram realizados no Coliseu pelo Sector Intelectual e pelo Sector Público e os 2 espectáculos dedicados a Lisboa Cidade Abril que hoje e amanhã realizaremos no Pavilhão dos Desportos — a nossa campanha eleitoral contrasta com todas as outras e reflecte a profunda ligação dos comunistas aos problemas do povo e a sua determinação e capacidade para lutarem pela resolução desses problemas.

Na campanha para as Autarquias, temos condições para intensificar e desenvolver as grandes acções de contacto directo com as populações, mini-comícios e sessões de esclarecimento, porta-a-porta e outras.

Temos condições para levar à prática um vasto conjunto de iniciativas de propaganda, de pinturas de murais, colagens de cartazes e colocação de panos.

Temos condições para trazer para o nosso lado — e assim reforçar a trincheira de defesa da Democracia e do 25 de Abril — um número cada vez maior de pessoas.

Temos condições para, no dia 16 de Dezembro, confirmar e reforçar o grande sucesso que alcançámos no dia 2.

Ao trabalho camaradas!

Viva a Aliança Povo Unido!

Viva o Partido Comunista Português!

Pequeno

distritos em que tínhamos eleito camaradas em 1976, duplicámos o número de deputados eleitos pelo distrito do Porto (de 3 para 6) aumentámos o número de deputados eleitos por Lisboa, Santarém e Faro, e, desmentindo as insistentes previsões da direita e do PS, elegemos pela primeira vez deputados em Braga e Aveiro.

As grandes votações nos centros industriais acusam uma vez mais a elevada consciência política da classe operária e o seu destacado papel na defesa e na construção da democracia.

As votações em massa na APU na heróica zona da Reforma Agrária, subindo consideravelmente por toda a parte o total dos votos e as percentagens, atingindo no distrito de Beja e em 16 concelhos mais de 50%, no distrito de Évora 48,8%, no distrito de Setúbal 46,9% e percentagens aproximadas ou superiores a 50% nos concelhos da Reforma Agrária deste distrito, aumentando em todos os concelhos do distrito de Portalegre, foram uma poderosa afirmação da identificação do povo trabalhador com a Reforma Agrária e da firme determinação em defendê-la.

A extraordinária campanha eleitoral de massas, a grande votação na APU, o rápido e espectacular progresso, o reforço do grupo parlamentar do PCP (além da eleição de deputados do MDP) constituíram nas eleições intercalares o resultado mais importante para a democracia.

Todos nos lembramos das sucessivas campanhas das forças reaccionárias e do próprio PS, visando «marginalizar» o PCP. Todos nos lembramos de como anunciavam que o PCP estava em regressão, que a sua influência estava a diminuir e que iria diminuir o número dos seus votos e o número dos seus deputados.

O PS chegou a afirmar (é ridículo, mas fê-lo) que no Alentejo o PCP iria descer muito e o PS iria aumentar na proporção.

Alguém foi aos Estados Unidos suplicar não se sabe o quê, e lá disse, talvez para tranquilizar os banqueiros norte-americanos, que em futuras eleições o PCP ficaria pelos 6%.

As eleições intercalares para a Assembleia da República demonstraram precisamente o contrário.

Mostraram que o PCP está cada vez mais forte, que cresce a sua autoridade e prestígio, que cresce a sua influência de massas, que cresce o seu eleitorado.

Os resultados das eleições intercalares confirmaram que o voto seguro e certo na democracia é o voto no PCP. Confirmaram que o PCP é o mais sólido baluarte político da democracia portuguesa.

Se imaginarmos o conjunto das forças democráticas postadas ao longo da trincheira que nos separa dos inimigos da democracia, que mostraram as eleições intercalares?

Que algumas pequenas forças da esquerda saltaram da trincheira mas, perdidas inutilmente na grandeza da batalha, deixaram passar os adversários.

Que o PS, com as suas cedências, compromissos e alianças com a direita permitiu que se abrissem profundas brechas na trincheira que lhe estava confiada deixando passar a vaga de assalto do inimigo.

Mas que o PCP, tendo a seu lado os democratas do MDP, pés firmes na terra, fiel aos ideais, sempre estreitamente ligado à classe operária e às massas populares, não só tomou inexpugnável a sua trincheira, não só não deixou passar um único inimigo, como alargou e reforçou as suas posições, entrou pelo terreno do adversário, conquistou as novas posições, e cravou firmemente no solo de zonas tidas por ocupadas pelo fascismo e pela reacção as bandeiras do 25 de Abril, da democracia, do socialismo.

Por novas vitórias da APU nas eleições para as Autarquias

Dentro de 8 dias o povo português irá novamente às urnas.

Na situação criada pelos resultados das eleições intercalares para a Assembleia da República, as eleições para as Autarquias constituem nova e importante batalha.

Se se repetissem os resultados das eleições do dia 2, registar-se-ia também nas Autarquias, a conquista de posições pelos partidos reaccionários, uma queda acentuada do PS e um progresso nítido da APU.

Dado o sistema em vigor quanto à composição das Câmaras Municipais (representação proporcional dos partidos pelo método de Hondt) e quanto à designação do presidente (cabeça de lista do partido ou coligação mais votada), o PS corre o risco de perder a presidência de numerosas Câmaras Municipais, por ter sido ultrapassado na votação pela Aliança Reaccionária.

A perda pelo PS de um número relativamente elevado de presidentes de Câmaras é um resultado agora irreversível, com que se tem de contar, com o qual a reacção vai especular, mas que não significa de facto, em força relativa total, um novo avanço da direita, mas apenas o benefício da coligação que dá ao PPD e ao CDS coligados mais votos que ao PS, mesmo quando o PS tem mais votos que qualquer dos dois partidos reaccionários e mesmo quando existe uma maioria democrática de votos.

É sabido, camaradas, que, tendo em conta a situação criada pelos resultados das eleições intercalares, o nosso Partido propôs ao PS um encontro de delegações dos dois partidos. Consideramos que esta iniciativa correspondeu às necessidades do momento, à urgência de cortar o passo à reacção, às preocupações e apreensões de comunistas, socialistas, de toda a opinião democrática e do nosso povo em geral.

Qual foi a resposta do PS?

A Comissão Directiva do PS recusou a nossa proposta e fundamentou a sua recusa com ataques caluniosos ao PCP acusando a proposta de intenções hegemónicas e de fins eleitorlistas.

Vê-se que os dirigentes do PS não aprendem com os acontecimentos, apesar de que o anticomunismo é um dos factores que têm conduzido o seu partido a uma contínua decadência.

A recusa do PS não serve certamente a democracia. Mas também não servirá o PS. Os resultados das eleições do dia 16 novamente o demonstrarão.

Porque estamos profundamente empenhados na luta contra a reacção e na defesa do regime democrático, vemos com apreensão o desaire eleitoral do PS. Mas de quem é a culpa do desaire eleitoral do PS senão do próprio PS? Não é insistindo no anticomunismo, mas mudando de política e compreendendo finalmente a necessidade de entendimento com o PCP, que o PS pode sair do plano inclinado pelo qual vai escorregando.

A verdade é, porém, que, se os dirigentes do PS não aprendem com as duras lições da vida, muitos militantes e eleitores do PS, inquietos com os avanços da reacção, vão aprendendo.

Nós queremos daqui saudar todos os numerosos membros e simpatizantes do PS que têm procurado aproximar-se do nosso Partido a fim de nos entendermos todos na luta comum contra a reacção e na defesa dos interesses dos trabalhadores, das conquistas da revolução, do regime democrático.

Saudamos de forma particular todos aqueles com os quais — logo que conhecidos os resultados das eleições intercalares — (por sua ou por nossa iniciativa) foram estabelecidos e mantidos contactos com vistas a examinar a situação no âmbito das actividades respectivas e a chegar a entendimentos para a acção coordenada ou comum.

É lástima que na presente campanha para as Autarquias, em vez de concentrar as forças contra a reacção e de procurar recuperar os votos socialistas que fugiram para a direita, a propaganda do PS insista em apontar as baterias contra o PCP e contra a APU.

É lástima também que, em alguns concelhos, os dirigentes locais do PS apelem à desistência dos comunistas a favor do PS sob o pretexto de se oporem à reacção e em concelhos onde o PCP está à beira de ganhar eleições, os dirigentes locais do PS fazem negociações políticas com a Aliança Reaccionária a fim de tentarem impedir que os comunistas ganhem as Câmaras.

Que podemos nós dizer, camaradas, quando carros de propaganda do PS fazem apelos aos comunistas e à APU para votarem no PS? Que podemos dizer, quando os propagandistas do PS, numa actuação de diversão ideológica, escrevem por cima da nossa propaganda que a APU vota no PS?

Dizemos que para se fortalecer (como se vai fortalecer) a representação democrática nas Autarquias, para ganhar (como a APU vai ganhar) as eleições em numerosas Câmaras e Assembleias, o voto seguro e certo na democracia é o voto na APU. Os comunistas votam na APU. A APU vota na APU.

Além do mais, os eleitores não são nenhum exército comandado pelos partidos a quem os partidos mandam dar meia volta à direita ou meia volta à esquerda para que logo os eleitores obedeam como soldados automáticos.

Nas eleições para as Autarquias, o voto útil na democracia é o voto na APU.

O voto útil para a democracia porque, em numerosos casos, o voto democrático no PS é para perder e o voto democrático na APU é para ganhar.

Voto útil para a democracia, porque reforçará consideravelmente o número de democratas nos órgãos autárquicos de muitas Freguesias, Assembleias Municipais e Câmaras, a fim de defenderem com êxito os interesses das populações e a vida democrática das Autarquias.

Voto útil para a democracia, porque a APU irá

ganhar as eleições para numerosas Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia.

Está ao alcance da APU aumentar cerca de dois terços o número de Câmaras e cerca de 50% o número de Freguesias em que fica maioritária.

Nas anteriores eleições para as Autarquias a APU não ficou representada em 72 Assembleias Municipais do Continente. Se, nas eleições para as Autarquias, do dia 16, se repetissem as votações das eleições do dia 2 para a Assembleia da República, só em 18 assembleias, no total de 275, não ficaríamos representados.

Estamos profundamente convencidos de que para fazer frente à reacção e reforçar as posições da democracia as eleições para as Autarquias confirmarão o êxito do PCP e da APU nas eleições intercalares para a Assembleia da República.

A nossa campanha está em marcha. Hoje mais do que nunca o povo trabalhador vê no PCP o partido da verdade, da esperança e do futuro, o sólido e inabalável baluarte dos trabalhadores e da democracia portuguesa.

Confiamos por tudo isso que, no dia 16, de novo se confirmará, com novas vitórias eleitorais, que o PCP é a força democrática decisiva e determinante na defesa e na continuação da democracia na defesa e na continuação do Portugal de Abril.

Com o PCP o povo português defenderá Portugal de Abril

Uma coisa é a vontade da reacção de violar e destruir as conquistas democráticas consagradas na Constituição e a própria Constituição, outra coisa é conseguir fazê-lo.

O frágil e precário êxito eleitoral dos partidos reaccionários não alteram a realidade fundamental do Portugal de hoje: as forças da democracia são mais poderosas que as forças da reacção.

Um governo reaccionário que se constitua terá os dias contados. Pelos limites em competência e em prazos das suas funções e porque se lançará a uma política condenada à derrota.

Condenada à derrota porque, tal como os governos anteriores, não só não resolverá como agravará a situação das massas laboriosas e todos os grandes problemas nacionais.

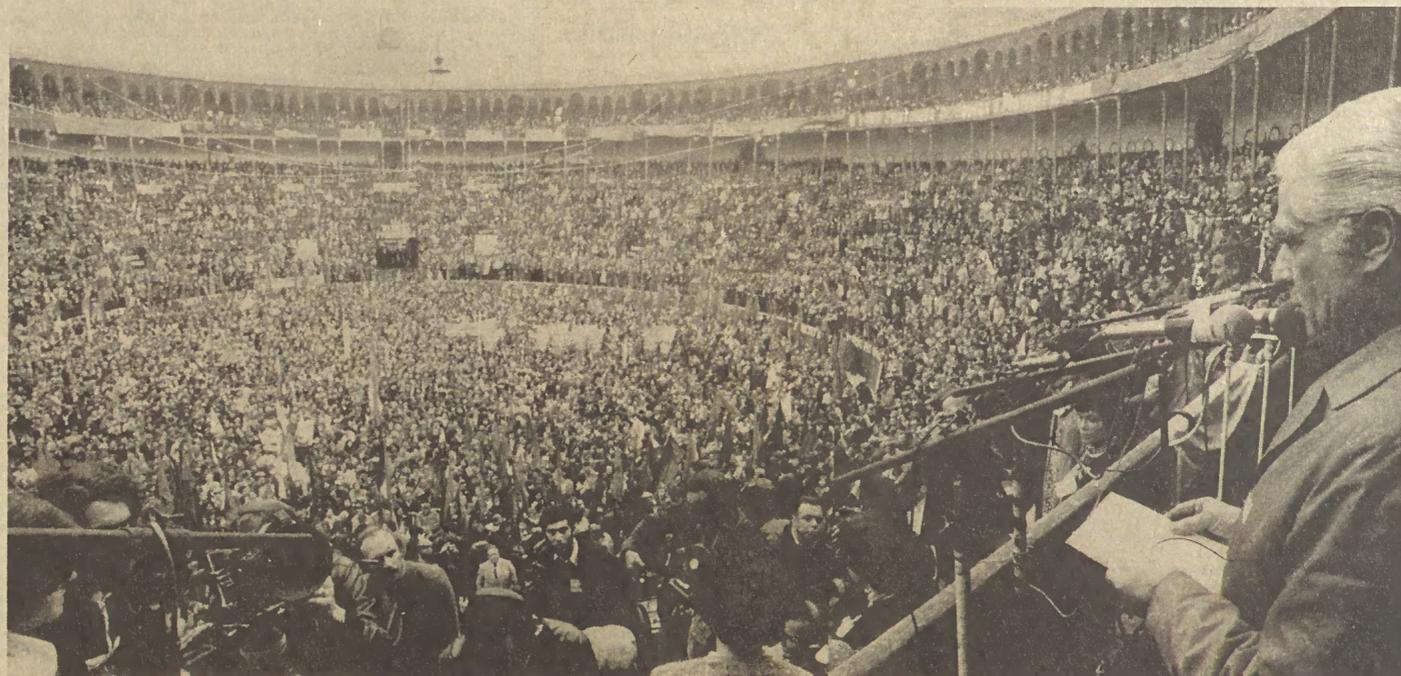
Condenada à derrota porque irá contra a nova realidade criada pela revolução democrática, irá contra o «país real» criado pelo 25 de Abril e por isso criará novos problemas, novas tensões, novos factores de instabilidade, que voltarão contra o governo amplos sectores sociais, incluindo alguns que votaram na Aliança Reaccionária.

Condenada à derrota porque irá contra os interesses vitais do povo e do País e por isso reduzirá rapidamente a sua base de apoio.

Condenada à derrota porque irá contra a Constituição, contra as instituições e contra a legalidade democrática, o que colocará o próprio governo numa atitude subversiva contra as instituições, confiando nós em que quem triunfará serão as instituições democráticas e não aqueles que querem destruí-las.

Condenada à derrota porque tropeçará com a vontade, a resistência e a luta do povo português, no exercício das liberdades e direitos consagrados na Constituição.

Ainda o novo governo não está formado e não tomou posse e já é necessário afirmar: se o governo dos partidos reaccionários tentar aplicar o seu programa inconstitucional, antipopular e antidemocrático



Dirigentes do PS não tiram as lições dos acontecimentos!

O Comité Central do PCP reunido em sessão plenária no passado dia 4 de Dezembro após a divulgação dos resultados provisórios das eleições intercalares para a Assembleia da República e tendo em conta a gravidade da situação criada pelo facto de os partidos reaccionários terem alcançado a maioria parlamentar, resolveu, uma vez mais, propor um encontro de delegações do Partido Comunista Português e do Partido Socialista.

No comunicado tornado público no final da reunião plenária do CC, afirmava-se, nomeadamente: **O CC considera urgente a multiplicação de iniciativas com vistas à aproximação, entendimento e unidade dos democratas e patriotas.**

O CC mandata a Comissão Política — prossegue o referido comunicado — **para diligenciar e propor encontros a forças e sectores democráticos, assim como a democratas independentes, a fim de examinar as possibilidades de acção comum para fazer frente às forças reaccionárias nas condições criadas pelos resultados das eleições para a Assembleia da República. Neste quadro, o CC mandata a Comissão Política para propor no**

imediate um encontro de delegações do PCP e do PS. Esta decisão tomada pelo Comité Central do PCP insere-se na luta pela unidade das forças democráticas e patrióticas, que tem sido uma constante da orientação e da actividade do PCP.

Entretanto, em reunião da sua Comissão Directiva, o Partido Socialista entendeu responder pela negativa à proposta do PCP. A atitude do PS não se quedou, no entanto, pela simples recusa, adjectivando e classificando a proposta de conversações como «eleitoralista», «hegemónica», etc.

O povo português e, particularmente, os militantes e simpatizantes do PS ficam assim a saber que, uma vez mais e numa situação grave e delicada — a que não é alheia a espectacular queda do PS nas últimas eleições — os dirigentes socialistas insistem na recusa de conversarem e se entenderem com outras forças democráticas, nomeadamente com o PCP.

Pelo contrário, o povo português, e com ele certamente muitos militantes e simpatizantes do PS compreendem e aprovam a atitude do PCP.

Conforme salienta um comunicado da Comissão Política do CC do PCP,

divulgado no passado dia 6, a proposta de encontro de delegações dos dois partidos correspondia às necessidades imperiosas da situação actual e aos sentimentos e preocupações que se manifestam nos sectores democráticos e nas massas populares acerca da urgência da unidade de todos os democratas.

Comentando ainda a atitude do PS, a Comissão Política do CC do PCP refere: **A decisão da Comissão Directiva do PS, recusando a proposta de encontro e fazendo a proposta de novas acusações caluniosas contra o PCP logo divulgadas pelos órgãos de comunicação social, mostra que os dirigentes do PS não estão tirando as lições dos acontecimentos, designadamente da derrota que o PS sofreu nas últimas eleições e que permitiu às forças reaccionárias alcançarem a maioria na Assembleia.**

Só que, enquanto os dirigentes do PS se mostraram tão rápida e rotundamente negativos à proposta do PCP, o mesmo não aconteceu relativamente a sugestões repetidas de Sá Carneiro, no sentido de serem celebrados entre o PSE e AD os chamados «acordos de regime»...

A Nota da Comissão Política

do CC do PCP, relativa à recusa do PS, refere ainda:

Não pode deixar de referir-se que hoje, dia 6 de Dezembro em algumas localidades do país, carros de som do PS, em propaganda eleitoral, fazem apelo ao voto dos comunistas e da APU nos candidatos do PS. Em vez de combater vigorosamente a reacção no plano político e procurar recuperar os votos que perdeu para a direita, a propaganda do PS cria por esta forma novos motivos de disputa entre democratas e orienta-se mais para dividir e enfraquecer a esquerda do que para derrotar a direita.

E, a finalizar: **Confirmando o extraordinário sucesso da APU nas eleições intercalares para a Assembleia da República, a votação em massa na APU nas eleições para as Autarquias — conferindo à APU a maioria, a presidência ou uma representação reforçada num número muito mais elevado de Câmaras, assim como nas Assembleias Municipais e de Freguesia — confirmará o voto útil nas forças que mais conseqüente e firmemente fazem frente à reacção e defendem o Portugal de Abril.**

A CGTP-IN analisa as eleições: Há forças e meios bastantes para defender Abril e o seu futuro

O secretariado nacional da CGTP-IN, num comunicado de análise às eleições intercalares para a Assembleia da República, exorta a dado passo "todos os trabalhadores a reforçarem a sua unidade e organização nos locais de trabalho, nos Sindicatos e em todas as suas estruturas de classe, a manterem-se mobilizados e determinados, a redobrar a sua capacidade de luta em face da previsível ofensiva reaccionária contra os seus direitos e interesses, contra a liberdade, a democracia e as conquistas do 25 de Abril".

Reunido em 6 do corrente, o secretariado da Central única assinala a "situação contraditória" que resulta de a maioria do Povo português ter rejeitado pelo voto o projecto político das forças de direita e de estas terem conseguido uma maioria parlamentar.

"Esta situação contraditória — acrescenta a CGTP-IN — é consequência do desenvolvimento de uma política governamental que por estar desajustada das novas realidades políticas, económicas e sociais e contrariar toda a dinâmica do 25 de Abril, não deu resposta às aspirações e aos anseios dos trabalhadores, das camadas mais desfavorecidas e das camadas médias da população".

O comunicado, que salienta a votação maioritária nas forças democráticas, lembra que a maioria esmagadora da classe operária exprimiu através do voto a sua cada vez mais forte consciência de

classe, cimentando o campo das forças democráticas e progressistas.

Embora a situação cause apreensões, o secretariado da CGTP-IN sublinha, como "certo e comprovadamente seguro", que **existem forças e meios bastantes para impedir a concretização dos objectivos da maioria parlamentar que representa "os interesses do grande patronato e dos latifundiários", obedientes "aos ditames da CIP, CAP, CCP e multinacionais de subordinação completa ao imperialismo"**.

O comunicado, que recorda a "experiência que temos do governo Mota Pinto" salienta que qualquer governo a formar "está condicionado pelo limite temporal da sua actuação e terá que balizar a sua acção pelo rigoroso respeito da legalidade constitucional da qual são garantes o Presidente da República e o Conselho da Revolução".

O movimento espontâneo que "tem vindo a registar-se nos locais de trabalho", pelo reforço da unidade, coesão e firmeza entre os trabalhadores, é registado com satisfação pelo secretariado da Central, que chama a atenção do governo a formar para "a determinação e capacidade de resistência e de luta dos trabalhadores portugueses e do seu Movimento Sindical, os quais sempre têm sabido defender as conquistas da Revolução e derrotar os governos que ameaçam pô-las em perigo".

As eleições e os órgãos de comunicação

A cobertura dada por certos órgãos de Informação às eleições de 2 de Dezembro reflectiu a profunda inquietação e também a surpresa da direita em relação à votação obtida pela APU. Os estratagemas utilizados foram diversos, mas todos eles denunciavam a evidente intenção de ocultar ou pelo menos subestimar aquilo que, nos exactos termos definidos nas conclusões da reunião do CC do PCP da passada semana, se pode considerar como «um grande sucesso» dos comunistas e da APU.

Se havia resultados previsíveis para as eleições intercalares um deles era sem dúvida a praticamente certa subida da votação da APU em relação à do PCP para a Assembleia da República em 1976. Ninguém ousava negar isso. Mas os jornais da direita, tomando os seus desejos por realidades, referiam-se invariavelmente a uma provável pequena subida dos comunistas, prognosticando mesmo, pontualmente, «descidas acentuadas» do PCP.

Era o caso dos distritos da

Reforma Agrária, para os quais os ditos jornais, em coerência com a sua «tese» de que os trabalhadores ribatejanos e alentejanos são «oprimidos» pelos comunistas, sentenciavam que a «libertação» ia começar e o PCP sofreria um «sério revés».

Como é sabido, nada disto se passou. Antes pelo contrário. Não só o aumento foi geral e muito acentuado, nomeadamente no Norte, como também o grande reforço das votações comunistas na

zona da Reforma Agrária deitou por terra e desmentiu nos factos as profecias da direita (e não só).

Apurados os resultados, assistiu-se então, nesses órgãos de Comunicação, ao que já era de esperar: o grande empolamento da vitória parlamentar da aliança dita democrática e o quase completo apagamento da espectacular subida de votos da APU.

O facto incontrolado de que a maioria do povo votou nas forças democráticas, esse, claro, foi pura e simplesmente silenciado, preferindo-se dar grande destaque à derrota eleitoral do PS, ao mesmo tempo que se tentava, nos títulos e nas prosas, identificar essa derrota com o pretensão recuo dos ideais de Abril — quando se sabe que foi precisamente o facto de os governos e a política do PS se

terem afastado da defesa dos interesses dos trabalhadores e das conquistas populares que esteve na origem de tal derrota...

Quanto à grande subida de votação na APU, tem-se procurado distorcê-la o mais possível. Nas páginas dos referidos jornais ela é referida como tendo ficado «aquém do que se esperava». Antes das eleições previam uma subida «pequena». Ignorando deliberadamente o amplo movimento popular de apoio às candidaturas Povo Unido; agora, falseando a realidade dos números e tentando moldar estes aos prognósticos feitos anteriormente, procuram minimizar a votação chamando-lhe outra vez «pequena». Eis uma complicada ginástica que, porém, como é feita por atletas sem fôlego, já pouca gente impressiona.

O «tratamento» dos resultados das autárquicas

O «tratamento» a que vão ser sujeitos as eleições autárquicas de domingo próximo é de prever que seja igualmente caracterizado por grossas manipulações, facilitadas aliás pela natureza específica destas eleições. O que, aliás, não é novo. Basta recordar o que se passou com a divulgação dos resultados das eleições para as autarquias de 1976.

Como se sabe, o PPD e o CDS (tal como o PS) sofreram nessas eleições uma pesada derrota, tendo aqueles dois partidos reaccionários, em relação às eleições legislativas realizadas nesse ano poucos meses antes, perdido cerca de 450 mil votos, ainda que tenham aumentado ligeiramente as respectivas percentagens, devido ao

grande número de abstenções.

Entretanto, que fizeram os órgãos de Comunicação Social da direita? Apresentaram os resultados das eleições sem comparação com os resultados das anteriores ou, quando o fizeram, essas comparações foram sempre feitas na base das variações de percentagem, e não na base da percentagem das variações de votos, o que daria uma ideia mais precisa da evolução dos comportamentos eleitorais.

O PPD, por exemplo, obteve um certo número de mandatos e de câmaras municipais e aumentou a sua percentagem em alguns distritos, mas no entanto o resultado eleitoral do PPD não podia ser correctamente avaliado se não se tivesse em conta que este partido perdeu votos em todos os distritos em relação às eleições anteriores para a Assembleia da República.

Acresce que os resultados em geral utilizados pelos mistificadores foram os correspondentes aos resultados das eleições para as Câmaras e não para as Assembleias Municipais, que no entanto são o órgão cuja eleição mais se parece com a da Assembleia da República. Foi isto o que se passou em 1976, com o objectivo claro de minimizar o grande recuo então sofrido pelos partidos da direita. E de prever que algo de semelhante se vá passar também este ano, tendo em vista a sobrevalorização de todos os resultados eventualmente positivos que haja para aquelas forças.

«E um é já de prever. Dado, por um lado, a terminante recusa do PS a qualquer entendimento com o PCP, e tendo em conta, por outro lado, as indicações fornecidas pelas votações nos diversos concelhos nas eleições do

passado dia 2, é quase certo que o PS perderá em benefício da direita cerca de metade das 115 presidências camarárias que actualmente detém.

Sublinhe-se que para que tal aconteça nem é preciso que os partidos da direita aumentem os seus votos, pois basta o facto de concorrerem numa mesma lista para desse modo conquistarem dezenas de presidências camarárias, mesmo que nos respectivos concelhos, e inclusivamente ao nível das vereações, exista uma maioria PS/APU.

Entretanto, já estamos a ver, domingo à noite, na RTP-1, o «festival» que vai ser de vitórias da AD sem que, para além das presidências, sejam fornecidos outros «pormenores» das votações (vai haver três...) sem os quais uma análise global dos resultados e do comportamento das diversas forças não é possível.

A transformação da Universidade e a luta estudantil no Portugal de Abril

A Universidade, a luta estudantil e a actual situação política é o tema fundamental do documento saído da primeira reunião da Direcção Central do Ensino Superior (DCES) da Juventude Comunista Portuguesa — JCP.

«Procedendo a um balanço da campanha eleitoral na Universidade, considerou-se como significativo o facto de milhares de estudantes terem aderido às candidaturas

para frequentar o Ensino Superior tiveram que abandonar as suas casas e as suas famílias, enfrentando assim o difícil quotidiano dos lares, quartos e cantinas.

gumento do Ensino Superior.

Professores, funcionários e estudantes (segundo números oficiais, no ano lectivo de 1976/77 os alunos universitários eram cerca de 87 mil), constituem no quadro da Universidade Portuguesa e do Ensino de forma geral um importante sector de trabalho que as sucessivas políticas de

competência para o cargo que desempenhou nos executivos do PS sozinhou (aliado de facto à direita) e do PS coligado com o CDS. Os senhores do PPD e do CDS, agora juntos da «AD», também estão muito longe dos requisitos básicos para a orientação da Universidade a partir do Ministério. Falta-lhes a visão, a sensibilidade, a competên-

de jovens recém-licenciados no subemprego e no desemprego».

Unidade do Movimento Associativo

A par das numerosas dificuldades que se sentem na Universidade, a verdade é que a luta unitária e combativa dos estudantes representa outra das realidades que se vivem neste importante sector do Ensino.

Tal como sublinha o documento da DCES da JCP, ao longo dos últimos tempos «a luta dos estudantes, que diariamente intervêm na resolução dos problemas existentes nas escolas, nos órgãos de gestão e nas comissões de curso, tem sido factor de contenção da actual crise da Universidade».

«Constata-se, assim, que a luta de massas e a intervenção construtiva na resolução dos problemas das turmas, dos cursos, das escolas e do ensino são as principais formas de acção do Movimento Estudantil» — acrescenta o documento da JCP, que refere mais adiante: «A derrota da política de direita pressupõe o reforço da unidade do Movimento Associativo e o combate à acção da JSD/JC, agentes, nas escolas, dos inimigos comuns dos estudantes. Na fase de luta que se avizinha, as eleições para os órgãos de gestão adquirem particular significado», pois constituem uma «importante batalha política em defesa da participação estudantil na gestão da Universidade e na definição da política de ensino».

O comunicado dos jovens comunistas termina salientando que «nas condições actuais, a Direcção Central do Ensino Superior da JCP considera que a transformação da Universidade impõe o entendimento e a acção comum de todos os estudantes democratas e antifascistas em torno da defesa de Abril e da Constituição». Lei Fundamental do país.

«A Juventude defenderá o futuro» — garante o Executivo da Direcção Nacional da JCP

A Comissão Executiva da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) reuniu há dias em Lisboa, tendo no final divulgado uma nota onde analisa os resultados das eleições intercalares para a Assembleia da República, alertando para os «previsíveis novos ataques às liberdades e às conquistas democráticas, o agravamento do desemprego (existem já cerca de 300 mil jovens nessa condição), o aumento do custo de vida, o agravamento da crise do ensino, o aprofundamento das discriminações salariais e profissionais, a intensificação da repressão patronal e dos saneamentos no aparelho de Estado e na Comunicação Social», além de uma possível aprovação de lei eleitoral antidemocrática, da alteração inconstitucional da Constituição e dos ataques ao regime democrático, grande sonho da «AD».

O Executivo da Direcção Nacional da JCP sublinha «a extraordinária votação na APU» e saudá «todos os jovens trabalhadores e estudantes que de Norte a Sul do País, com a sua participação, o seu esforço, a sua confiança, contribuíram para uma elevada votação no Povo Unido».



Depois de analisar as votações no PS («descrito a que está votada toda a política de recuperação capitalista») e nos grupelhos esquerdistas, o documento da JCP refere a grande importância das eleições autárquicas e sublinha o papel da unidade juvenil para o êxito da sua luta. Quanto ao primeiro aspecto, pode ler-se: «Uma vez mais, a juventude saberá empenhar-

se com decisão e confiança na defesa do Portugal democrático. Nestas eleições, muitos milhares de jovens, por todo o País, saberão optar pelos caminhos da democracia. Na hora presente, a juventude, com energia e entusiasmo defenderá as liberdades, as outras grandes conquistas da Revolução, defenderá o regime que a Constituição consagra, defenderá o futuro».



unitárias da APU» — sublinha o comunicado da JCP, que, depois de saudar «o esforço dos militantes e de todos aqueles que a seu lado contribuíram para o reforço da votação na APU», analisa de forma breve as consequências de um governo de direita para a vida do povo trabalhador e também para as condições em que se desenrola a actividade dos estudantes universitários, cujas dificuldades (deficiente apoio dos Serviços Sociais, transportes, alimentação, compra de livros e outro material escolar, etc.) são já bem difíceis de suportar, especialmente para os alunos com menos recursos financeiros, e dentro destes não podemos esquecer os que

«A maioria de direita na Assembleia da República e o governo a constituir pressupõem sérios perigos para os objectivos de Abril» — alerta a JCP, que acrescenta: «As forças reaccionárias, o PPD e o CDS, procurarão destruir as liberdades, a Reforma Agrária, as nacionalizações, o regime democrático, e reverter inconstitucionalmente a Constituição de Abril». Também no âmbito da Universidade já é bem conhecida a orientação de direita, que certamente será reforçada, prosseguindo aquilo a que as estruturas democráticas da população estudantil universitária vêm designando há muito tempo como a política de estran-

direita têm, pura e simplesmente, esquecido, abandonado e em certos casos marginalizado, como sucedeu com a actuação do sr. Sottomayor Cardia, o dirigente socialista responsável em dois governos pela pasta da Educação e Cultura, a quem couberam as (infelizes) iniciativas da criação do Ano Propedéutico, da extinção das escolas (ISCSP), do decreto antidemocrático para a «reestruturação» das Faculdades de Letras, etc.

«A Universidade sofre já hoje os resultados da política imposta pelo FMI e pelo Banco Mundial» — como refere a DCES da JCP — e a saída para tal situação não pode ser dada por orientações de direita. Cardia não teve

APU impugna eleições no distrito de Castelo Branco

A Aliança Povo Unido impugnou as eleições no distrito de Castelo Branco para a Assembleia da República, por «suspeição geral» quanto aos resultados do concelho de Penamacor.

A posição assumida pela APU (que não elegeu um deputado no distrito apenas por 94 votos) é justificada pelos vícios detectados no apuramento geral dos resultados do distrito. Em primeiro lugar, cinco actas de cinco sessões referem a existência de 83 votos nulos, mas os respectivos boletins de voto não foram enviados juntamente com as actas à assembleia de apuramento geral, ao contrário do que estipula a lei.

Em segundo lugar, a assembleia de apuramento geral considerou válida a contagem de uma secção de voto que enviou a respectiva acta em branco, ou seja, sem registo dos resultados.

Finalmente, a assembleia de apuramento geral considerou válidos quarenta votos inscritos em boletins em que o PT havia sido riscado, por indicação da mesa de voto. Nessa secção, na freguesia de Águas de Penamacor, a mesa afirmou que enviaria os boletins naquelas condições para a assembleia a fim de ser tomada uma decisão, mas os boletins não chegaram a aparecer. Entretanto, quando um delegado da APU chegou à mesa, encontrou os referidos votos fora da mesa, o que

é manifestamente ilegal. Acresce ainda que na freguesia de Bemposta, concelho de Penamacor, embora tenham sido pedidos mais boletins de voto para substituir aqueles em que o PT havia sido riscado (o que os tornava nulos), na respectiva acta não existe qualquer referência aos boletins pressupostamente inutilizados. Perante tão inequívocas ilegalidades, que provocaram o clima de suspeição geral no que toca ao funcionamento das mesas de voto referidas, torna-se indispensável tomar as medidas legais que permitam o apuramento dos resultados sem quaisquer dúvidas e reponham a legalidade que deve presidir ao acto eleitoral.

Unidade e forte adesão nas lutas dos trabalhadores

Desde o princípio de Dezembro até ao princípio desta semana, em cerca de 20 empresas e serviços, foram convocadas greves e paralisações. Algumas foram desconhecidas ou suspensas (pessoal de voo da TAP, Quimigal). As restantes, cumpridas, em curso, ou anunciadas para os próximos dias, dependem, como as anteriores, de processos legítimos e legais no âmbito do Movimento Sindical. A quase totalidade das lutas tem por base reivindicações salariais no quadro da contratação colectiva, pela sua negociação e cumprimento integral, e caracteri-

zam-se pela grande participação dos trabalhadores. Na Função Pública há vários sectores em luta, nomeadamente nas Tesourarias da Fazenda, visando a criação de um quadro para a carreira profissional. Outra das reivindicações mais urgentes, no mesmo sector, é a correcção de anomalias nas carreiras do pessoal. Mais de 300 mil trabalhadores da Função Pública preparam, entretanto, um caderno reivindicativo comum, a apresentar ao Governo. Nas tabelas salariais, prevêem-se propostas de aumento entre

os 23 e os 28% para vigorarem a partir de Janeiro do próximo ano. Nas outras lutas em empresas, serviços e sectores, incluindo as reivindicações referentes a manutenção de postos de trabalho, como na Corame, contra a repressão e os despedimentos, como na Sorefame e noutras empresas, ganharam relevo, nos últimos dias, a paralisação dos pescadores do arrasto em todo o País e a da Rodoviária Nacional convocada para o próximo dia 19. Os cerca de 2 mil trabalhadores da pesca do arrasto lutam por um salário



Barcos parados mais uma vez, interrupção numa faina dura, desprezada e mal paga, que leva de novo à luta os pescadores

desbloquear as negociações do acordo colectivo de trabalho vertical (ACTV) num impasse há mais de dois meses por culpa da administração. A unidade na acção por

objectivos comuns, que os divisionistas se esforçam por contrariar e pôr em cheque, continua a presidir às lutas dos trabalhadores conduzidas pelo Movimento Sindical unitário. Com raríssimas excepções, que

demonstram o peso nulo dos gonalistas da UGT nas acções concretas em empresas e serviços, as paralisações resultam de

acções de massas com grande adesão e demonstram elevada consciência de classe na utilização da greve e no realismo das reivindicações.

Homem prevenido...

Alguns pêpêdês da UGT não tomam, para já, «posições de força» contra os seus parceiros socialistas na «central» amarela. À primeira vista, por esse lado podem os gonalistas e outros Torres Couto ficar tranquilos. Pelo menos enquanto tiverem dinheiro, assim parece. Se os marcos da RFA não se esgotarem, para já, o dirigente amarelo Cardoso Martins e os seus amigos vão continuar a atribuir «especial importância» às «ligações e aceitação internacionais» do PS. Mas atenção. Há quem entre os pêpêdês queira, desde já, mesmo com os marcos de boca aberta, negociar com os socialistas «a partir de uma posição de força». Afirma-o Cardoso Martins, membro do secretariado da UGT e dirigente da Tesired (aviário de «sindicalistas» do PPD) que tem o mérito de ser bem explícito, nesse e noutros pontos. Recordando ao jornal «A Tribuna» que, «nos aspectos financeiro e técnico, a UGT tem contado, principalmente, com o apoio dos socialistas, através da Fundação José Fontana», o mesmo senhor revela que «a Fundação Oliveira Martins têm faltado meios, além de que se reflectiu nela a cisão verificada no PSD, o qual deixou de controlá-la».

A novidade é curta. Sempre se soube quem paga o divisionismo amarelo de alguns dirigentes do PS e da UGT/Gonilha/PPD. O que há de novo é o desarmamento do recado explícito aos parceiros socialistas na Amarela, que pode resumir-se na ameaça: «tragam os marcozinhos, se não...». Vejam lá: Nós (PPD) somos «maioritários no movimento sindical democrático» — diz Cardoso Martins. Enquanto outros tendenciosos dentro da tendência PPD (Tesired) querem partir já de «uma posição de força», o entrevistado da «Tribuna» e os seus amigos («as divergências são mais de tipo pessoal» entre os pêpêdês, esclarece) defendem que «importa aproveitar todas as pessoas válidas, fortalecendo a UGT... até que seja atingida a necessária estabilidade». Neste ponto tem razão o sr. Cardoso Martins. Nada é estável na UGT. Tudo se esboroa, se esburaca: as Fundações, os marcos (que qualquer dia não chegarão para todos), o próprio divisionismo que ataca, ele mesmo, tendenciosos e «independentes», incluindo o aviário sindical pêpêdê, pelos vistos dependente dos marcos enviados para a tendência PS na central fantoche. Homem prevenido vale por dois, mesmo dentro da UGT.

Na H. Vaultier o sócio-gerente distribui um «dossier»

O sr. Francisco A. R. Granadeiro, sócio-gerente da firma H. Vaultier, dirigiu-se recentemente a «todo o pessoal de Lisboa» (... «tantos e leais colaboradores» incluídos) para os demover de criarem uma Comissão de Trabalhadores na empresa. Para ilustrar a sua atitude, junta a uma nota de serviço interno, um comunicado pessoal, uma exposição da sua autoria, um artigo do pasquim fascista «O Diabo» — citamos o sr. Granadeiro — «uma comunicação da Aeronáutica Brasileira», que «descreve magistralmente por que foram os marxistas (PCP e PSP) os únicos a aprovarem

na Assembleia da República tão controversa Lei» das Comissões de Trabalhadores (Lei n.º 46/79). Deixemos de parte as falsificações e os disparates do sr. sócio-gerente, nesse «dossier» repressivo que teve o cuidado de organizar contra a Lei 46/79 e contra os direitos, liberdades e garantias constitucionais dos trabalhadores da empresa. Abram os parêntesis para informar alguns trabalhadores da H. Vaultier, porventura enganados, que o PCP, embora recomende a aplicação da Lei 46/79, votou contra ela na Assembleia da República,

tanto na generalidade como na votação final.

O anticomunismo do sr. Granadeiro é velharia sem interesse. Não vamos aqui comentá-la. Queremos é sublinhar que a leitura desse «dossier» repressivo demonstra, como sempre temos dito, que o patronato reaccionário não está contra esta ou aquela lei das CTs. Está contra as Comissões de Trabalhadores. Não quer lei nenhuma, nenhuma CT. Contraria e reprime toda e qualquer tentativa para criar ou fortalecer qualquer embrião de defesa organizada dos trabalhadores nas empresas.

Para atingir esse objectivo, o patronato reaccionário não recua perante nenhum processo. O sr. Granadeiro não foge à regra. A ameaça do despedimento, a insinuação velada contra a integridade moral de alguns trabalhadores, a lamentação sem sentido, que funciona também como ameaça contra os postos de trabalho (eu, sócio-gerente, «perco o controlo da empresa»... como vou pôr «o meu aval» nas linhas de crédito, etc) tudo serve a esse sócio-gerente, cuja incapacidade para gerir a empresa sem o telefonema para a PIDE ressaltava a todo o momento naquilo que

escreve. Tudo lhe serve para ameaçar os trabalhadores e coagi-los, ilegalmente, a desprezarem a sua própria defesa, a defesa pessoal e colectiva que lhes asseguram os seus órgãos representativos, incluindo a Comissão de Trabalhadores.

Como os seus pares instalados na CIP, na CAP e na CCP, o sócio-gerente da H. Vaultier não faz mais que mostrar medo perante a capacidade de organização dos trabalhadores. Como todos os saudosos do fascismo, esses srs. parecem ter ficado órfãos sem

a repressão fascista, e recusam-se a encaras as realidades do regime democrático. Não querem dialogar. Querem reprimir.

Como tantos companheiros em tantas empresas por esse País fora, cabe também aos trabalhadores da H. Vaultier demonstrar, como já o fizeram, que a sua organização na empresa não se destina a destruir os postos de trabalho, mas a garantir a sua conservação e o progresso da firma, que são de todo compatíveis com a defesa dos direitos, liberdades e garantias constitucionais de quem trabalha.

PELO DESARMAMENTO PELO DESANUVIAMENTO

NÃO À INSTALAÇÃO DE NOVOS MISSEIS PERSHING NA EUROPA

A mesa que presidiu à sessão pública promovida em Lisboa pelo CPPC

Não aos mísseis Pershing II Não aos planos desestabilizadores!

Pelo desanuviamento, pelo desarmamento, não à instalação de novos mísseis Pershing na Europa — este o lema que presidiu à sessão pública realizada há dias em Lisboa por iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), com a participação de várias individualidades dos meios políticos sociais e culturais.

Pershing II e Cruzeiro em cinco países da Europa Ocidental». «Estes planos» — refere a declaração aprovada no Teatro Vasco Santana —, «que estão em contradição clara com a letra e o espírito da Acta de Helsínquia e dos próprios Acordos SALT II recentemente assinados, a concretizarem-se, terão certamente como consequência provocar uma nova espiral na corrida aos armamentos, agravar a tensão nas relações internacionais e tornar mais do que nunca real a possibilidade de uma catástrofe nuclear de que toda

a Humanidade poderia ser vítima». «Depois de salientar que «estes planos sabotam inclusivamente todos os esforços desenvolvidos nos últimos anos visando limitar a corrida aos armamentos» e «reforçar a paz e a cooperação no Mundo, o texto assinala, a propósito, «como factos positivos de largo alcance, a assinatura dos Acordos SALT II e a recente retirada unilateral de tropas e armamento soviéticos da RDA, além das propostas de redução de mísseis instalados em regiões ocidentais da

URSS por este país». A terminar, os participantes na sessão promovida pelo CPPC em Lisboa, «cientes de exprimir os mais profundos anseios da opinião pública e do Povo português em geral, apeta-m para que (...) o Governo português, em consonância com o artigo 7.º da Constituição da República, e em posição de intransigente defesa da soberania e independência nacional, recuse firmemente tais planos a bem do futuro de Portugal como nação pacífica e independente».

MAIS QUE MERA FICÇÃO SENSACIONALISTA, DOIS LIVROS QUE DOCUMENTAM, DE FORMA POR VEZES DRAMÁTICA, A LUTA CONTRA O FASCISMO E O NAZISMO

UM DIA E UMA NOITE de JEAN SANITAS

OS MEUS SETE FILHOS (2ª edição) de RENATO NICOLAI e ALCIDE CERVI

edições Avante!

COLEÇÃO "RESISTÊNCIA" À VENDA EM TODO O PAÍS

Propedêutico: Os resultados de mais um ano falam por si...

Amanhã às 15 e 30 voltam a reunir-se na Faculdade de Letras de Lisboa os alunos do Ano Propedêutico (AP) atingidos por uma grave situação de injustiça: são 500 estudantes, já aprovados nos exames do AP, que ainda não foram colocados no Ensino Superior!

Anteontem, reunidos no mesmo estabelecimento escolar, e ontem em conferência de imprensa aqueles alunos protestaram ainda contra situações como estas:

- As notas dos exames de Setembro terão sido engendradas, tendo saído só depois dos exames da época de recurso;
- Este ano ainda não se realizou (e já vamos em Dezembro...) a terceira «respagação», ocorrida no ano passado muito mais cedo;
- Apesar de se anunciar uma «concurso especial», depois das duas fases de candidatura, os estudantes não compreendem porque é que o Ministério, através do organismo competente, ainda não divulgou o seu regulamento;
- Quais serão os objectivos que presidiram à retirada da bonificação de um valor (a contar com a média de candidatura) aos estudantes que já não tinham sido colocados no ano anterior?

De quem é a responsabilidade...

Mas o actual panorama do Ano Propedêutico não fica por ali. Recorrendo aos números (referidos num comunicado da Direcção Central do Ensino Superior-DCES da JCP), é de salientar que só na 2.ª época de

exames se registaram no AP 70 por cento de chumbos. Entretanto, na 1.ª fase de candidaturas, só em Lisboa ainda não foram colocados no Superior (entre 2 mil candidatos) cerca de 500 alunos, cuja situação já aqui referimos.

«Estes são os resultados de mais um ano Propedêutico. Esta a realidade de uma política de selecção que de ano para ano se agrava. Esta a situação de milhares de estudantes que, anualmente, vêem impossibilitada a continuação dos seus estudos, ou então, que vêem como única alternativa estudarem num curso que não escolheram» — denuncia a DCES da JCP.

Tal como sublinham os jovens comunistas, «o Ano Propedêutico já provou bem o que é a desde o seu nascimento foi uma acção condenada ao fracasso. «Não há melhorias possíveis para um Ano que tem como único objectivo o chumbo colectivo de milhares de estudantes, um Ano concebido para melhor controlar uma selecção brutal no acesso à Universidade», declara o comunicado da DCES da JCP, que, seguidamente, manifesta «a sua viva apreensão face aos resultados catastróficos do AP em 78/79».

Entretanto, parte da opinião pública interroga-se acerca das responsabilidades por tudo isto... Responde com clareza a JCP: «A responsabilidade pela difícil situação em que se encontram os milhares de estudantes que não ingressam na Universidade cabe aos sucessivos governos que nada têm feito para abrir a Universidade e ligá-la às necessidades reais do

país». Neste sentido, a JCP «alerta para a demagogia do PS como do PPD e CDS, que hoje se afirmam contra o Ano Propedêutico e que o apoiam quando da criação deste por Cardia».

Depois de salientar que «num país com inúmeras carências em quadros técnicos e intelectuais é inconcebível que se mantenha uma política de «numerus clausus», a DCES da JCP salienta que «a única justificação para a manter encontra-se na inércia e incapacidade da direita, que tem estado no governo nestes últimos três anos».

O futuro do País depende em grande parte da preparação que presentemente for dada à juventude. Não pensam desta maneira os senhores do PPD, do CDS e também alguns do PS. Que fez Sottomayor Cardia, que foi ministro da Educação em dois governos sucessivos? Que fará o governo da «AD»? Este será certamente o prosseguimento do desastro do outro. Entretanto, a construção de novas escolas, a diversificação e criação de novos cursos, a melhoria das condições de estudo, o argumento e remodelação do corpo docente, a ligação da escola à vida real do Portugal de Abril, continuarão a ser questões fundamentais desprezadas e adiadas.

A JCP «apela a todos os estudantes para que unidos lutemos para tomar realidade um direito de todos, consagrado na Constituição — o direito ao ensino» e pronunciam-se pela imediata resolução do problema imposto aos estudantes do AP não colocados na Universidade.

No final do AIC um crime contra os Direitos da Criança

... Mas o melhor do mundo são as crianças — disse o poeta. E em todo o mundo, por isso, se comemora este ano o Ano Internacional da Criança.

Mas em Portugal, há quem precise de crianças. Não para lhes dar uma vida feliz, mas para lhes dar trabalho.

A realidade vem, brutal, numa página de anúncios de um jornal estatizado, sob a epígrafe «Precisa-se». E aí diz-se: «Rapariga 10 a 12 anos para serviços leves. Séria e asseada».

Uma rapariga de 10 a 12 anos, uma criança ainda, que alguém quer, de repente, transformar em adulta, prometendo serviços «leves». Há quem queira transformar uma criança numa mulher que nunca foi menina.

Houve quem, pelo telefone, quisesse protestar. Do lado de lá, quem quer pôr uma criança de dez a doze anos a trabalhar, responde malcriadamente, ignorando leis e AIC, deixando adivinhar que serviços «leves» promete...

Apenas um caso mais, neste Ano Internacional da Criança, a comprovar que devemos lutar para que todos os dias o sejam. Para que nunca mais ninguém ouse pedir crianças, «sérias e asseadas» para serviços «leves»!

43-A/B, hoje 2.ª-feira das 9 h às 13 h e das 14 h às 18 h. Entrada imediata. Rapariga de 10 a 12 anos, para serviços leves. Séria e asseada. Rua...
Rapariga 10 a 12 anos, para serviços leves. Séria e asseada. Rua...
Para mostrar andares, Mem Martins, Telefone...
Para r...
cões de arte r

MECANICO
Mecânico
pentes Rus
asco Metrass,
VENDEDORES
Full, pa
artigos selec
marque en
Telefone 1985
Admitam
trada imediat
posta a este
ao n.º 376.
Para r

Semana

5 Quarta-feira 1791 - Morre o compositor austríaco Wolfgang Amadeus Mozart.

O jornal soviético "Pravda" denuncia que a chantagem e as ameaças militares dos Estados Unidos contra o Irão estão a criar uma situação alarmante e perigosa...

6 Quinta-feira 1971 - O governo indiano de Indira Ghandi reconhece o Bangladesh.

Termina em Berlim a reunião dos ministros dos NE do Pacto de Varsóvia, sendo emitido um comunicado final onde, a par de um sereno apelo aos dirigentes da NATO para que se orientem pelos interesses da paz e do desarmamento progressivo...

7 Sexta-feira 1917 - O governo soviético aprova leis contra a sabotagem económica.

As Nações Unidas condenam, pela quinta vez, o regime fascista de Pinochet no Chile, reafirmando a sua indignação pela sistemática violação dos Direitos Humanos no Chile...

8 Sábado 1975 - Os EUA vetam a resolução do Conselho de Segurança da ONU, que condena Israel pelos ataques aéreos a objectivos palestinos no Líbano.

O ministro iraniano do NE, Sadek Khatzadeh, informa que o governo iraniano está a convidar "personalidades independentes anti-imperialistas e anti-sionistas" de todo o mundo para formarem uma comissão para julgar a ingerência norte-americana no Irão nos últimos 26 anos...

9 Domingo 1919 - Termina o VII Congresso dos Soviéticos da Rússia.

Milhares de europeus, vindos de diversos países, manifestam-se em Bruxelas contra os planos da NATO para colocar na Europa Ocidental centenas de mísseis "Pershing-2" e "Cruise"...

10 Segunda-feira 1948 - A Assembleia Geral da ONU aprova a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A República Popular de Angola comemora o 23.º aniversário da fundação do MPLA e o 2.º da transformação deste em Partido, o MPLA - Partido do Trabalho...

11 Terça-feira 1941 - As potências do "Eixo" (a Alemanha nazi, a Itália fascista e o Japão imperialista) declaram guerra aos EUA.

Em São Salvador uma manifestação direitista de mulheres é atacada por grupos de extrema-esquerda, provocando sete mortos e pelo menos oito feridos...

A Europa contra projectos agressivos da NATO

No dia 12 iniciou-se em Bruxelas a reunião da NATO em que será decidida a colocação ou não de 572 novos mísseis "Pershing-2" e missis "Cruise" em pelo menos quatro países europeus: a Inglaterra, a RFA, a Bélgica e a Holanda...

Manifestações populares em toda a Europa

A questão da paz está a assumir, no Velho Continente europeu - ontem foco principal de todos os conflitos, hoje núcleo possível de desanuviamento mundial - o papel de factor mobilizador das massas populares...

Assim ficam bem claros os parâmetros da situação: é o socialismo, são os povos da Europa quem adopta a posição comum, a posição de defesa da paz, a única possível para a própria defesa do futuro da Humanidade...

A inequívoca posição da comunidade socialista

A posição da União Soviética e da comunidade socialista assenta numa base perfeitamente clara: 1) não há desequilíbrio na

actual situação militar na Europa, facto aliás reconhecido (quando não estão em causa campanhas com fins muito concretos) pelo próprio mundo capitalista. Como afirmou recentemente o ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Andrei Gromiko...

Na mesma reunião os países do Pacto de Varsóvia reafirmaram o seu empenhamento no sucesso das negociações de Viena sobre a redução mútua das Forças Armadas e dos armamentos na Europa Central...

Na sessão do Comité dos Ministros de Negócios Estrangeiros dos Estados Unidos, realizada em Berlim de 5 a 6 de Dezembro, foram elaboradas e apresentadas as propostas concretas da comunidade socialista para superação da situação actual...



A Rodésia entre a paz e a guerra

Mais de três meses após o início das conversações de Londres, obtidos, entretanto, alguns resultados, a grande batalha política em torno do futuro do povo do Zimbábwe está bem longe de ter terminado...

Rodésia com a província moçambicana de Tete. Por outro lado a Força Aérea Rodésiana volta a bombardear os territórios da Zâmbia e de Moçambique - o quarto ataque desde o início da Conferência...



Um campo de refugiados do Zimbábwe em território de Moçambique. Um dos alvos «militares» visados pelos racistas.

A realidade das multinacionais e a política do imperialismo

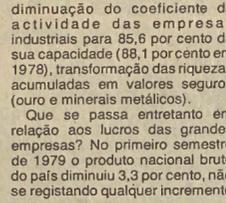
De 16 a 23 de Novembro - por iniciativa do Conselho Mundial da Paz - realizou-se uma Semana Internacional de Acção pela Denúncia das Multinacionais. Uma realidade que constitui manifestação decisiva da internacionalização do capital...

O imenso poder das multinacionais, o seu carácter determinante na sociedade capitalista na sua forma actual, assume múltiplos aspectos, que abarcam toda a vida económica e sociopolítica...

Umas das mais claras repercussões do imenso poder das multinacionais nesta fase de decadência do sistema capitalista é a acuidade, a complexidade, o agravamento crescente das crises. Hoje, a economia dos países capitalistas encontra-se num círculo vicioso de inflação e de queda de produção...

postos de trabalho. A inflação, a alta de preços - que se acentuou com a formação monopolista de preços, do crescimento das despesas militares (em detrimento das verbas destinadas a fins sociais) - assumem formas consideradas «devastadoras»...

Quem ganha? O quadro traçado poderá levar à conclusão que neste panorama caótico já ninguém tem nada a ganhar. Mas se é verdade que em capitalismo, numa sociedade não planificada, que se alimenta do objectivo exclusivo do lucro, profundamente dividida por contradições insanáveis...



Fontes - Departamento do Comércio dos Estados Unidos

Porto Rico na estratégia agressiva do imperialismo

Há na política internacional do imperialismo elementos fundamentais - o domínio e exploração dos povos, uma orientação agressiva, de recurso à força, «justificada» pela defesa dos seus interesses obviamente ameaçados pelos progressos da luta revolucionária a nível mundial...

PORTO RICO é um exemplo significativo desta prática, recentemente realçado no México, na Conferência de Solidariedade com Porto Rico, realizada de 30 de Novembro a 2 de Dezembro, em que esteve presente uma delegação do Partido Comunista Português...

COMO é denunciado no Apelo à Segunda Conferência Internacional de Solidariedade com Porto Rico, agora realizada no México, «Porto Rico foi convertido numa fortaleza militar norte-americana, dispondo de modernos e sofisticados armamentos que põem em perigo a paz e a segurança internacional»...

EXEMPLO da política internacional do imperialismo, Porto Rico é o também da luta dos povos contra essa política, pela independência e a paz. O exemplo mais recente da luta crescente do povo porto-riquenho é a luta dos habitantes de Vieques, convertida em base da Marinha de Guerra dos Estados Unidos...

Irão: os EUA apostam numa «solução» de força?

Na complexa situação que se vive neste momento no Irão e nas relações entre o Irão e os Estados Unidos, alguns factos, decisivos, estão a ser sistematicamente e deliberadamente escamoteados: o movimento popular que ontem derrubou o Xá e hoje reivindica a extradição do tirano (protegido pelos Estados Unidos), apesar da sua heterogeneidade...

A agressividade de Washington aumenta de dia para dia. Navios americanos e ingleses iniciaram manobras junto do litoral sul do Irão. Simultaneamente unidades de assalto aerotransportadas realizam exercícios em Fort Hood, no Texas. A guerra no Irão no plano económico é um facto que não se está a concretizar numa mais larga escala devido à resistência de outros países capitalistas...

Toda a «indignação» da Casa Branca não passa de uma tática destinada a empolgar e agravar os acontecimentos, tentar criar um clima propício a uma agressão, dado que outras manobras têm falhado. E se essa agressão não se concretizou, se essa agressão, muito provavelmente, não virá a concretizar-se, isso deve-se, não à boa-vontade do imperialismo, mas à força da solidariedade internacional, à força da comunidade socialista, da União Soviética, que já alertou contra quaisquer possíveis aventuras militares.

Na raiz de todos os problemas

Há crise energética? Falta de petróleo? Acusa-se a OPEP de sabotar a economia dos países capitalistas. Entretanto os Estados exportadores, até há pouco recebiam apenas dois quintos dos lucros líquidos da sua venda e mesmo agora, não chegam a receber metade. Paralelamente, no primeiro trimestre deste ano, os lucros da Esso, a maior multinacional, aumentaram 37,4 por cento. Os monopólios norte-americanos têm quase 500% de taxa de lucro anual, só no Médio Oriente.

A NATO sobe de tom nas suas ameaças à paz. Desenvolve-se toda uma campanha tendente a convencer a opinião pública mundial de que os países socialistas detêm a «superioridade militar». Quem está por detrás disto? Quem ganha com a escalada armamentista? Talvez se possa compreender melhor o que se está a passar sabendo-se que a Comissão Senatorial do Congresso americano concluiu que 49 consórcios produtores de armas e de tecnologia militar receberam, nos anos 70, lucros de mais de 100 por cento, 22 companhias mais de 200 por cento e três companhias mais de 500 por cento.

O PPD e o CDS no Poder Local Um estendal de incompetência um vendaval de corrupção

um cheiro evidente ao antigamente

Quem ouvir os chefes do PPD e do CDS ou os seus compadres candidatos às eleições do próximo domingo é levado a pensar que desta vez trazem o rei na barriga. Eles sabem tudo, são os melhores, os mais isto e mais aquilo, têm soluções para todos os problemas... dizem!

Gastam rios de palavras perorando sobre o que farão nas freguesias, nos concelhos, quando e se os destinos das autarquias lhes forem parar às mãos. Um pouco mais do oratório dote e quase poderíamos imaginar as casas que não temos, os esgotos que não se fizeram, as escolas que faltam, as creches que escasseiam, os hospitais, os jardins, as zonas de descanso...

Mas que fizeram de facto em três anos os que tudo prometem para amanhã? Que problemas resolveram? Que foi feito das promessas com que conquistaram votos nas freguesias, nas Câmaras, nas Assembleias Municipais?

E disso que hoje damos conta, num levantamento que está longe de ser exaustivo (não chegaria o espaço para tão vasta obra) dos escândalos, negociações, ilegalidades e outras coisas que tais em que se traduziu a actuação da direita nas autarquias locais. Com um cheiro evidente ao antigamente.

A "sobrinhada"

O caso de Valpaços é bem conhecido e não poderíamos deixar de abrir com ele esta pequena amostra do que é a direita no poder. Recordemo-lo em breves palavras.

Dois vereadores do PPD, com a cumplicidade e envolvimento do presidente da Câmara, Sobrinho de Moraes, aproveitaram-se de dinheiros do Fundo do Fomento da Habitação, e construíram boas vivendas, falsificando documentos e enganando o povo.

Levantado o escândalo, quando ele afogava a Câmara num lamaçal de corrupção, o PPD resolve fazer uma "espontânea", com a presença do casal Roseta, onde a Helena assegurou: "O PPD e Sá Carneiro estão com Valpaços e o seu presidente". Assim se generalizava a todo o país a política do compadrio e da corrupção. Meses depois, seria passada uma busca a casa do Sobrinho e confirmava-se mais uma "sobrinhada": na garagem um carro de luxo, de matrícula espanhola, entrado por contrabando no País...

De Valpaços ao Algarve PPD dá o exemplo

O caso de Valpaços fez escola entre os pépêdes e veio a repetir-se com "êxito" no Algarve, mais concretamente em Vila Real de Santo António. Aí, o único vereador eleito pelo partido do "chefe" para a Câmara Municipal recebeu ilegalmente a quantia de 130 contos desviada numa verba concedida ao concelho pelo Fundo de Fomento de Habitação, no âmbito do Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID) destinado às famílias mais carenciadas.

Só que a habitação do dito vereador PPD não estava degradada, tendo a verba sido aplicada em melhoramentos de interior. Quanto às famílias realmente carenciadas, que esperassem outra oportunidade.

De salientar que a admissão do vereador ao empréstimo foi feita à revelia da edilidade, onde o Povo Unido tem três representantes. A acta da sessão onde a Câmara toma a decisão de conceder os empréstimos aos municípios só posteriormente viria a conter o nome do vereador do PPD, acrescentando à mão.

E aqui chega-se à convicção do presidente do município, eleito pelo PS!!!

O vereador e a pocilga dos porcos

Entre os vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Santo Tirso em 1976 um havia, do PPD, que aliava a sua actividade de vereador a tempo inteiro com a de criador de porcos.

O facto em si nada teria de insólito se o dito eleito pelo PPD não se tivesse lembrado de mandar construir uma pocilga para os bichos - cerca de 1500 - sem tomar quaisquer medidas para evitar

é presidida por um elemento do CDS, força que com o PPD detém a maioria absoluta na edilidade.

Das obras feitas nada se sabe, mas de desonestidade há por lá bons exemplos. O mais flagrante foi dado pelo próprio presidente do município que, estando colocado como professor primário, passou longos meses a receber ilegalmente ordenados em duplicado, defraudando a fazenda pública em cerca de trezentos e vinte contos.

Esta imoral e ilegal situação



a contaminação da água das freguesias de Paradela e Trofa pelos escrementos dos porcos.

Como a população da zona previa e temia, a água que todos bebiam foi inquinada, as doenças começaram a aparecer. As diligências efectuadas junto da Câmara caíam em saco roto, não obstante as diversas análises à água a indicarem bacteriológicamente imprópria para consumo.

A irresponsabilidade, o desinteresse, o absoluto desprezo manifestado pela maioria da Câmara (3 PS, 3 PPD, 2 CDS e 1 APU) para com as populações que os elegeram dispensa qualquer comentário.

Os dois ordenados do presidente CDS

A Câmara Municipal de Vila Verde, no distrito de Braga,

veio a ser descoberta graças à acção fiscalizadora da Direcção Geral de Contabilidade.

Um bom exemplo de como a direita no poder não governa... governa-se.

O correspondente

Na Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Caelela, concelho de Vila Real de Santo António, o PPD, principal partido da Aliança Reaccionária, foi a força mais votada detendo por isso a maioria absoluta.

Ora, numa das poucas reuniões daquele órgão autárquico, foi aprovado por unanimidade uma proposta do PPD para a instalação em Caelela de uma agência bancária.

Pouco tempo depois, os habitantes são surpreendidos com a passagem do próprio presidente da Junta de Freguesia (PPD) a correspondente do Banco Nacional Ultramarino, em acumulação com o cargo autárquico, evidentemente.

Não se compreende como conciliar a existência de um agente com a instalação da agência aprovada pelo órgão deliberador da freguesia... a não ser que esta última fique esquecida na gaveta, enquanto o eleito do PPD faz os seus trabalhos por fora...

PPD/CDS impõem nomes fascistas em Mirandela

Em maioria na Assembleia Municipal de Mirandela os parceiros da Aliança Reaccionária PPD e CDS decidiram varrer das ruas os nomes de "25 de Abril", "1.º de Maio" e "Parque do Povo". Substituíram-nos por nomes de ministros fascistas



e caciques locais, voltando a chamar ao Parque do Povo Parque do Império!

A saudade do antigo regime é tanta que não resistem a lembrá-lo na toponímia local, enquanto não conseguem implantá-lo de facto.

Entretanto vão preparando o terreno ao cacique local Camilo de Mendonça, deputado à Assembleia Nacional fascista e brindado com o nome de rua. É que este senhor, com o apoio da Aliança Reaccionária, procura retomar de novo o Complexo Agro-Pecuário do Cachão, empresa onde foi afastado após o 25 de Abril e que se encontra nacionalizada.

Do erário público saíram 60 contos para uma almoçarada

O presidente do município de Vila Flor (PPD) é um mãos largas... com o dinheiro dos municípios, claro. Em vésperas de terminar o mandato, resolveu oferecer uma almoçarada aos seus amigos doutras autarquias do concelho, às figuras "importantes" da zona, tudo à custa dos dinheiros da autarquia.

Só o repasto ficou em 30 contos. Os restantes 30 contos foram para um conjunto contratado para animar a festa e com fogo de artifício "oferecido" à população!!!

Entretanto, os problemas da população não parecem preocupar o PPD local, mais atento aos desvios de fundos do FFH para compadres e amigos, enquanto os habitantes que os elegeram são olímpicamente esquecidos.

Sabe-se pelo menos de um abastado presidente de Junta (PPD como é óbvio), mais cauteloso que os outros, que recusou 500 contos oferecidos a baixo juro. Outros aproveitaram. E a população?

O deputado do CDS, a gestão PS/PPD e 23 mil contos desaparecidos

Na Câmara de Vila Real de Santo António passaram-se coisas muito estranhas. O PS, que em 1976 elegeu três vereadores, tal como o Povo Unido, aliou-se desde o início com o único vereador eleito pelo PPD para prosseguir uma política que nada tem a ver com os interesses da população.

Entre os vários escândalos que vieram a lume salienta-se o "adiantamento" de 23 mil contos ao deputado do CDS Emídio Pinheiro, para início de uma obra de 112 fogos de tipo T3, adjudicada à empresa Corul de quem o referido centrista é sócio-gerente.

Segundo o contrato de execução da obra, o início da construção tinha como limite máximo o dia 24 de Agosto. Até ao final do mês passado, ou seja três meses depois do estabelecido no contrato, a construção não tinha começado... e dos 23 mil contos, nem sombra!

descobriu uma maneira fácil de ganhar dinheiro - especulação de terrenos.

Com a ajuda do seu compadre presidente da Câmara (o tal da almoçarada à conta do povo) entrava como pode a construção que emigrantes e outros populares pretendem levar a cabo em terrenos que possuem, desmobilizando ao mesmo tempo a compra de terrenos a um proprietário local, que pede preços acessíveis, com os impedimentos colocados à construção.

Afastados os compradores, que fez o presidente da Assembleia Municipal, PPD? Entrou em negociações com o referido proprietário dos terrenos, comprou-lhe uma boa faixa (1500 m²) por menos de trezentos escudos o m² e iniciou contactos com pessoas interessadas em construir casa, para lhes vender lotes.

Só que o preço, com o presidente da Assembleia Municipal, PPD, era outro. Nada mais nada menos que 600\$00 o m²!!!

O caso misterioso da factura de Semide

A corrupção dos caciques da Aliança Reaccionária espalhou-se por todo o país, ao longo dos três anos em que estiveram à frente dos órgãos de poder local, dando origem por vezes a verdadeiros "mistérios".

Na freguesia de Semide,

Outras "benesses" das hostes do PPD aos amigos prejudicaram os interesses das populações, tais como negociações na adjudicação de obras municipais a empresas que pedem mais dinheiro mas que foram escolhidas por serem da "cor".

Caciques contra caciques mostram corrupção de PPDs e não só

Na Câmara Municipal de Vila da Feira (4 PPD, 4 PS e 1 CDS) os escândalos, denunciados por um dos próprios vereadores numa luta interna, parecem ser tantos que para os nomear todos seria preciso fazer um rol.

Fala-se de utilização das instalações camarárias para reuniões político-partidárias; uso indevido do pessoal, máquinas e material do município para fins particulares; exigência de "luvas" para aprovação de projectos; etc., etc.

Segundo um elemento do PPD, membro da Assembleia Municipal, que em 1979 reuniu apenas uma vez (!), o presidente da edilidade, também do PPD, "procede à distribuição de cheques pelos vereadores em dia de análise de processos de loteamento"!!!

As denúncias de corrupção, que envolvem os próprios denunciadores, não chegaram a ser alvo de inquérito mais profundo que o "preliminar

-se à boca cheia da existência de subornos da ordem dos cinco mil contos para que a linha fosse encerrada... Esta acusação, feita publicamente numa reunião com responsáveis das autarquias locais (onde dominam CDSs e PPDs) e técnicos da CP realizada em Moncorvo, nunca foi desmentida.

E os mil casos de que muito haveria a dizer...

Como no início se disse, o espaço é pouco para tão vasta obra da agora Aliança Reaccionária nos órgãos de poder local.

Desde S. Pedro do Sul, cujo presidente da Câmara fazia negócios que envolviam o município com a empresa de familiares; passando por Apúlia (Espôsende) onde o tesoureiro da Junta de Freguesia (PPD) arrecadou a "módica" quantia de mil e cem contos numa escura negociação de areia; até Tarouca, cuja Assembleia Municipal de maioria PPD/CDS aprovou sem discussão prévia a aquisição de um terreno por mais de três mil contos do que o seu valor real, de tudo se encontra na gestão autárquica entregue à reacção; sem esquecer os casos de Joane e Cércio, localidades onde uma velha igreja, monumento histórico, e um centro de convívio, construído pelo povo, foram destruídos pelo camarelo camarário dos vereadores da reacção.

Situações como a do sítio do Facho, na Câmara de Lobos, onde há mais de vinte anos (!) estão prontas as instalações eléctricas e continua ainda a não chegar a luz por a ligação não estar feita, são bem um exemplo da "dedicação", "competência" e "capacidade" dos partidos reaccionários.

Isto para não falar dos órgãos autárquicos que praticamente nunca funcionaram nos últimos três anos, devido às constantes faltas dos eleitos pelo PPD e CDS; ou ainda os múltiplos casos onde a direita - e lamentavelmente também o PS - impediram através dos órgãos de poder local o exercício de direitos e liberdades consagrados na Constituição da República.

Os casos de arranque de panos e cartazes de propaganda política e processos a democratas por fazerem propaganda não foram tão poucos que se possam esquecer. Basta que nos lembremos da actuação neste campo das Câmaras Municipais de Barcelos (PPD), Figueira da Foz (PS), Lisboa (PS), Vila do Conde (PS), Oliveira de Azeméis (PPD), Porto (PS) e tantas mais.

Ao escolher os seus representantes nos órgãos de poder local no próximo domingo, o Povo português deverá ter presente as "provas" dadas pelos representantes dos partidos que se souberam servir do poder que detinham para defender os seus interesses, mas não os do povo que os elegeu.

Os actos, mais do que as palavras, mostram o que cada um vale. E os partidos da Aliança Reaccionária não deixaram lugar a dúvidas, como por este curto levantamento tão claramente se mostra.



concelho de Miranda do Corvo, por exemplo, continua por esclarecer o caso da factura de 53 contos que levou ao pedido de demissão do tesoureiro da Junta de Freguesia.

A dita factura, passada à Junta de Freguesia de Semide pela firma "Pecol", de que é proprietário o actual presidente da Câmara de Miranda do Corvo (PPD), sem que na freguesia tivessem sido feitas quaisquer obras, levou o tesoureiro a querer saber quem a teria movimentado e pago. O presidente da Junta (CDS) preferiu não dar esclarecimentos, pelo que o tesoureiro, não estando disposto a encobrir roubos ou a ser conivente com falcatruas, se demitiu.

O negócio continua por esclarecer, que nestas coisas PPD e CDS preferem ficar calados.

A Avenida dos Compadres

"Avenida dos Compadres" é o nome dado pela população de Vila Pouca de Aguiar à construção e pavimentação da via de acesso à Escola Secundária local. E isto porque as hostes do PPD na Câmara, onde têm a maioria, decidiram entregar a obra quinze dias antes do termo do prazo do concurso a um empreiteiro da confraria do "chefe".

Com a apresentação, posterior, de outras propostas veio a verificar-se que o empreiteiro escolhido (ilegalmente) apresentava preços bastante superiores aos restantes.

comarário", por deliberação dos implicados.

O que é sem dúvida muito esclarecedor...

O sabor a corrupção do caso da linha do "Sabor"

A extinção da linha do Sabor, que serve a população de quatro concelhos, parece interessar a muita gente, mas não agrada de forma alguma aos habitantes da zona que tão duramente têm lutado pela manutenção da sua linha ferroviária.

As negociações que deram origem ao conflito não estão ainda claras, no entanto fala-

